

Licença




Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

Fonte: <https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/book/507>. Acesso em: 08 abr. 2024.

Referência

ANDRADE, Liza Maria Souza de et al. **Guia da arquitetura vernacular Kalunga**: difusão e preservação dos saberes tradicionais. Brasília: LASUS FAU, 2023. 146 p. DOI: <https://doi.org/10.26512/9786584854178>.

Disponível em: <https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/book/507>. Acesso em: 08 abr. 2024.



GUIA DA ARQUITETURA VERNACULAR KALUNGA

difusão e preservação
dos saberes tradicionais

Polo UnB Kalunga - 2023

Liza Maria Souza de Andrade | Carlos Pereira Kalunga

Caio Monteiro Damasceno | Luana Figueiredo de Carvalho Oliveira

Talita Xavier Maboni | Valmor Cerqueira Pazos

[1ª edição]

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Guia da arquitetura vernacular Kalunga [livro eletrônico] : difusão e preservação dos saberes tradicionais / Liza Maria Souza de Andrade... [et al.]. -- Brasília, DF : LaSUS FAU, 2023.
PDF

Outros autores: Carlos Pereira Kalunga, Caio Monteiro Damasceno, Talita Xavier Maboni, Luana Figueiredo de Carvalho Oliveira.

Bibliografia.

ISBN 978-65-84854-17-8

1. Arquitetura 2. Design vernacular I. Andrade, Liza Maria Souza de. II. Kalunga, Carlos Pereira. III. Damasceno, Caio Monteiro. IV. Maboni, Talita Xavier. V. Oliveira, Luana Figueiredo de Carvalho.

23-173392

CDD-720

Índices para catálogo sistemático:

1. Arquitetura 720

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253

GUIA DA
ARQUITETURA
VERNACULAR
KALUNGA

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB

Reitora Márcia Abrahão Moura

Vice-Reitor Enrique Huelva Unternbäumen

Decana de Pesquisa e Inovação Maria Emília Machado Telles Walter

Decano de Pós-graduação Lúcio Remuzat Rennó Junior

Decana de Extensão Olgamir Amancia Ferreira

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO - FAU

Diretor Caio Frederico e Silva

Vice-Diretora Maria Claudia Candeia e Souza

Coordenadora de Pós-graduação Carolina Pescatori Candido da Silva

ORGANIZADORES

Coordenadora geral Prof^a Liza Maria Souza de Andrade

Coordenador Adjunto Caio Monteiro Damasceno

Coordenadora Adjunta Talita Xavier Maboni

Coordenador local Carlos Roberto Pereira da Conceição

Coordenadora científica Luana Figueiredo de Carvalho Oliveira

Coordenador executivo Valmor Cerqueira Pazos

realização:



ESTUDANTES E BOLSISTAS

Angélica Azevedo e Silva

Laila Beatriz de Almeida

Lara Moro Boasserts

Luna Catrina Pontes Nascimento

Mileny Mendes dos Santos

Tainá Brederode Sihler Rossi

COLABORADORES

Alcileia Torres (Rede Kalunga Comunicações)

Andreia Alves do Prado (IFG Uruaçu)

Franciso Octávio Bittencourt de Sousa (Antropologia/UNB)

Jéssica Azevedo Coelho (IFG Uruaçu)

Lívia Barros Wiesinieski (CET/UnB)

Luiz Fellipe Machado da Silva (Pólen Lab)

Marlon Santos (Construtora MK)

Nadia Wyara Pazos (UNILS)

apoio:



“VIVÊNCIA KALUNGA”

Os povos quilombolas kalungas,
São de origem tradicional,
Elas moram no meio do campo,
Tem uma vivência tão natural.

O território quilombola kalunga,
É pleno de beleza,
Têm tantas coisa bonitas,
Em meio a natureza.

Os povos que ocupam o território kalunga,
Tem muito movimento, conhecimento e
experiência,
A história dos povos kalungas,
Tem centenas de anos de existência.

A moradia dos povos kalungas,
É feita de palha adobe e madeira,
No meio da tão calma natureza,
As águas dos rios correm na corredeira.

O território quilombola kalunga,
Há mais de 3 séculos de existência,
Hoje nele há tantos habitantes,
Graças a nossa resistência.

Os kalungas roçam a área na mata,
Para fazer a plantação,
Eles plantam mandioca, milho, arroz,
Abóbora, melancia e feijão.

Na roça tem gergelim,
Quiabo, maxixe e banana,
Tem jiló, algodão, batata-doce,
Melão, pepino e cana.

No cerrado tem baunilha,
Jatobá, cagaita e tinguí,
Tem barú, mangaba e caju,
E não esqueço do pequi.

Tem a sussa Kalunga,
Que é um tipo de dança,
Usam saia, usam broaca,
Pra fazer essa festança.

Os mais velhos contam histórias,
Passadas de geração a geração,
Para que nunca acabe a história,
Dessa nossa bela região.

Os habitantes do kalunga,
Preservam o cerrado da região,
Desmatam apenas a área de uso,
Para fazer a plantação.

O modo de vida dos kalungas,
É cada trabalhar por si,
Com a plantação na roça,
Para ter comida a servir.
Eles roçam e fazem a roça,



figura 01

Fazem o plantio de mandioca,
Dela se faz farinha, bolo e beijú,
E ainda tem a tapioca.

Os povos quilombolas kalungas,
Tem um vínculo com o cerrado,
Eles colhem os frutos das árvores,
E com as árvores eles tem cuidado.

Os quilombos kalungas,
Tem a mais pura riqueza,
O privilégio de morar no campo,
Em meio a natureza.

Tem a comida caseira,
Feita no fogão caipira,
A lenha é feita das árvores,
Principalmente a sucupira.

A moradia dos povos Kalungas,
É 100% bioconstrução,
Em prol da sustentabilidade,
E da biodiversidade da região.
Os materiais utilizados na construção,

Não agridem o meio ambiente,
Os Kalungas usufruem da natureza,
De forma muito consciente.

Essa é a nossa vivência,
É o nosso modo de viver,
Eu ainda sou adolescente,
Tenho muito a aprender.

A nossa história é tão grande,
São muitas coisas pra contar,
Por meio dessa literatura,
Um pouco da minha história consegui recitar.

Por aqui a inscrita se encerra,
Sobre o modo de vida, território e plantação,
É a história dos povos quilombolas kalungas,
É a história da minha região.

Alcileia Torres

(poetisa Kalunga)

APRESENTAÇÃO

A consolidação deste material para nós do Grupo “Periférico, trabalhos emergentes” representa o esforço coletivo de muitos olhares, diálogos, trocas e esforços. A relação entre o grupo e a comunidade Kalunga se iniciou desde 2016, com dois Trabalhos de Conclusão de Curso em Arquitetura e Urbanismo, orientados por mim, o projeto “Sentido Kalunga” desenvolvido por Talita Maboni e o projeto “Corredor Cultural do Cerrado” desenvolvido por Caio Damasceno, ambos arquitetos são coordenadores adjuntos desse projeto.

Se hoje temos algo a apresentar e compartilhar com a sociedade, foi devido a um longo processo que se iniciou na conversa e, principalmente, na escuta coletiva. A premissa de trabalho do nosso grupo é a relação dialógica de troca de saberes, preconizada pela pedagogia Freiriana.

Desde então, buscamos aprender mais sobre o território para que os temas dos projetos estivessem integrados à realidade vigente, criando parcerias

com a comunidade Kalunga e demais pesquisadores que também trabalham de forma ativa para que a produção acadêmica alcance áreas periféricas, sempre somando apoio e diversidade ao trabalho.

Com a criação do Polo Kalunga UnB em 2021, demos continuidade aos trabalhos de pesquisa e extensão e aprofundamos os estudos sociotécnicos junto à comunidade. É evidente que nada seria possível sem a receptividade e apoio da comunidade Kalunga, ao compartilhar tantas experiências de vida e da realidade local conosco.

A perspectiva de um Guia de Arquitetura Vernacular Kalunga, antes de mais nada, busca valorizar e protagonizar os saberes quilombolas ancestrais, especialmente no contexto de crise climática e revisão dos padrões construtivos que degradam o meio ambiente. A bioconstrução, nome atual para uma prática construtiva integrada aos elementos da natureza de forma sustentável com base em práticas vernaculares e populares, aponta caminhos de autonomia e protagonismo social, incentivadas e defendidas pelo Grupo

Periférico.

Agradecemos à comunidade Kalunga por abraçarem a extensão universitária, nossas limitações e nossa vontade de colaborar com um trabalho da universidade cidadã que possa contribuir no processo de transformação social. Temos muitos desafios e barreiras na implementação da Extensão Universitária, entre eles, o tempo de duração dos

trabalhos da universidade que nem sempre se adequa ao tempo da comunidade, mas mesmo assim acreditamos que o papel universidade pública é estar a serviço de toda a população, abrindo novas frentes e construindo mais oportunidades e respeito, pois como diria Darcy Ribeiro: ainda somos um povo em construção, somos um “povo novo”.

Liza Maria Souza de Andrade

“Não são os discursos dos maquinistas nem dos passageiros e tão pouco as políticas de viagens que fazem os trens mudarem de rumo...

Um trem só muda de rumo quando muda de trilhos.

Então o que as sociedades através de todos os seus aparelhos precisam mudar são os seus conceitos, em outras palavras, ao invés de desenvolver... Envolver! Ao invés de produzir políticas....

Rever e/ou reeditar seus modos de vida.”

(Antônio Bispo, 2020)



figura 02



figura 03

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	15
1.1 Introdução	16
1.2 Metodologia - pesquisa-ação	20
1.3 Atividades e oficinas	22
1.4 Sobre o guia	26
2. HISTÓRIA E CULTURA	29
2.1 História e Reconhecimento do Quilombo Kalunga	30
2.2 Linha do tempo	34
2.3 Apresentação do território Kalunga	38
2.4 Territorialidade e cultura Kalunga	46
2.5 Festejos, Religiosidade e Ancestralidade	50
3. ARQUITETURA VERNACULAR KALUNGA	59
3.1 A construção com terra Kalunga	60
3.2 Arquitetura vernacular kalunga e patrimônio construtivo	71
3.3 Os “novos” saberes antigos: A bioconstrução Kalunga	76
4. QUESTÕES EMERGENTES	95
4.1 Diagnóstico e Problemáticas	96
4.2 Cenário da Construção Civil na Chapada dos Veadeiros	98
4.3 Direito ao Território e Regularização Fundiária	106
4.4 Impactos das mudanças climáticas no Território	112
5. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E PESQUISA	117
5.1 Quem somos?	118
5.2 Coordenação	119
5.3 Rede sociotécnica	124
5.4 Site AVK	126
5.5 Sementes plantadas	127
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
6.1 Conclusão	130
6.2 Lista de figuras	132
6.3 Referências bibliográficas	143



figura 04



figura 05

capítulo 1

INTRODUÇÃO

Autores: Liza Andrade, Caio Damasceno, Talita Maboni, Luana Oliveira, Luna Nascimento, Angélica Silva e Tainá Rossi

1.1 INTRODUÇÃO

O Projeto de extensão Arquitetura Vernacular Kalunga: difusão e preservação dos saberes tradicionais, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, foi um dos projetos selecionados no Edital Polo de Extensão Kalunga da UnB, que contou com o apoio da Prefeitura de Cavalcante.

Desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa e Extensão Periférico, trabalhos emergentes, a proposta do projeto surge como fruto, a partir de pesquisas e projetos já em andamento na região de Cavalcante e do território Kalunga: o Corredor Cultural (2016-2018) e o Sentido Kalunga (2016-2018), ambos desenvolvidos em projetos finais de graduação no curso de Arquitetura e Urbanismo da UnB.

O Grupo “Periférico: trabalhos emergentes” desenvolve seus trabalhos a partir da metodologia da pesquisa-ação, com criação de forte vínculo entre pesquisadores e atores, fortalecendo o relacionamento entre teoria e prática, e permitindo a geração de conhecimentos originais com um maior alcance sociopolítico.

O projeto visa integrar os conhecimentos locais de arquitetura vernacular Kalunga e os saberes técnicos da universidade. A união desses saberes pode articular uma rede de construtores locais e produzir material teórico com base nas pesquisas locais, para além de difundir e dar visibilidade ao conhecimento



técnico construtivo Kalunga, contribuir para a sua preservação enquanto patrimônio reconhecido pelo Estado*, pela comunidade e pela produção arquitetônica e construção civil.

Para isso o projeto integra a Ciranda Viva, criada pelo jovem kalunga e bioconstrutor Carlos Pereira, e os trabalhos do bioconstrutor Marlon Santos, outro mestre Kalunga da bioconstrução.

O Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga (SHPKC) se localiza no Nordeste do Estado de Goiás na área da Chapada dos Veadeiros (Mapa 01).

Com área de 24.532,25 hectares ocupa entre os municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás;



MAPA 01: Mapa de Localização do Quilombo Kalunga - Chapada dos Veadeiros - GO
Fonte: google 2022, IBGE
Elaboração: Oliveira e Maboni 2022

Ao focar na Arquitetura Vernacular e no Patrimônio Quilombola, o Guia assume um papel de articulador entre o aspecto acadêmico e popular, tendo em conta que tradicionalmente as arquiteturas desenvolvidas pelas comunidades tradicionais não se enquadravam como patrimônio diante do Estado.

É necessário destacar que o reconhecimento das comunidades quilombolas como Patrimônio Cultural e como parte dos grupos formadores da população brasileira se inicia apenas a partir da Constituição Federal de 1988 (CF88).

Com a criação da Fundação Cultural Palmares (FCP) se inicia o processo de reconhecimento e tombamento dos quilombos como Patrimônio Histórico, vinculado ao Ministério da Cultura, como o caso do Quilombo de Palmares na Serra da Barriga.

Além dos quilombos, também os terreiros de matriz africana, práticas e ritos populares foram tombados como Patrimônio Material e Imaterial, abrindo espaço para o reconhecimento, valorização e proteção dessas técnicas vindas da África.

O quilombo Kalunga é um dos maiores em extensão e o primeiro a ser reconhecido como Patrimônio Histórico Estadual, pelo governo do estado de Goiás como SHPCK em 1991.

O tema Quilombo, apesar de mais difundido a partir dos anos 2000 e das políticas afirmativas e de reparação instituídas após a redemocratização brasileira, ainda transparece a questão estigmatizada do preconceito e do racismo institucional.

No Brasil são reconhecidas mais de 3.000 comunidades, destas apenas 211 tem o seu território titulado e garantido. A questão do direito à terra está diretamente ligada à reprodução dos seus modos de vida específicos, onde em geral os quilombos rurais desenvolvem técnicas e práticas vinculadas à natureza, aos ciclos das estações do ano, aos elementos naturais e materiais locais.

A proteção e o cuidado para que esses conhecimentos ancestrais afrodiaspóricos se reproduzam é uma responsabilidade nacional assumida na CF 88, especialmente nos artigos 215 e 216 que reconhecem as matrizes multiétnicas do Brasil.

Diante da negação da matriz africana no passado, há a necessidade de fortalecer culturalmente seus descendentes para que

essas comunidades que guardam até hoje técnicas e práticas ancestrais, as perpetuem para as novas gerações.

O gráfico 01 apresenta o total de comunidades reconhecidas e certificadas pela FCP, por estado, totalizando **3.951 comunidades quilombolas no Brasil.**

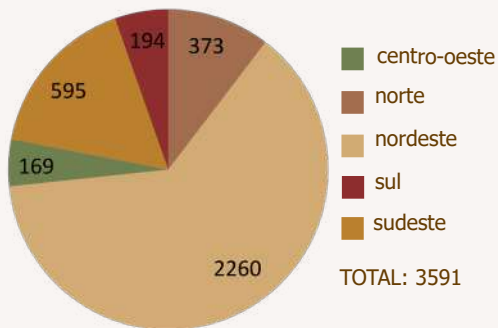
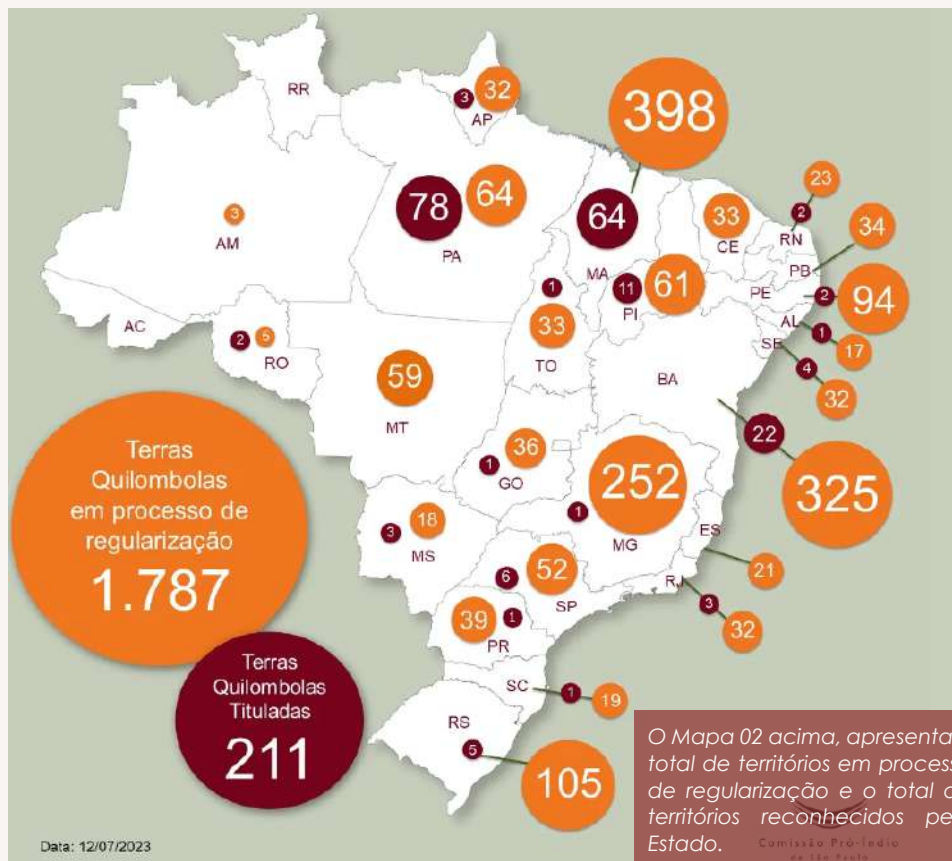


Gráfico 01: Comunidade Quilombolas Certificadas no Brasil
Fonte: FCP, 2023.



O Mapa 02 acima, apresenta o total de territórios em processo de regularização e o total de territórios reconhecidos pelo Estado.

Fonte: Fundação Pro Índio, 2023.

1.2 METODOLOGIA - PESQUISA-AÇÃO

A pesquisa-ação, assim como demais metodologias participativas, contesta a linearidade de instrumentos de gestão de processos, acolhendo as idas e voltas necessárias ao processo e também a perspectiva circular do planejamento.

A metodologia se insere em um processo de mudança social, em colaboração com grupos reais, multidisciplinares e que demandam um extremo vínculo entre pesquisadores e atores. Apesar de exigir uma grande capacidade de adaptação às relações interpessoais, facilita a dinâmica entre o saber teórico e o empírico em um contexto de grande alcance social. É uma ferramenta de inclusão das minorias no processo de tomada de decisões.

Em um percurso cíclico, o processo se repete a cada vez que o ciclo se fecha, em um desenvolvimento mais comparável a uma espiral ascendente. Assim, ela permite a geração de conhecimentos novos e originais dentro do seu processo de 4 fases principais apresentadas no esquema na página ao lado.



figura 06



figura 07



figura 08



figura 09

Ciclo de um intervenção planejada



Fonte: Caio Monteiro Damasceno (2023)

A participação é um instrumento necessário para promover a igualdade, a diversidade e a sustentabilidade nos ambientes urbanos, porém requer mais dedicação, tempo e mais recursos para promover eventos ou encontros da comunidade. É importante destacar que as técnicas ou métodos participativos latentes da sociedade, no acesso público ao conhecimento técnico da academia e no viés da assistência técnica. As figuras 06 a 26 são registros da metodologia sendo nesse projeto.

4 fases principais apresentadas:

1. Identificação das Situações iniciais
2. Projeção das Ações
3. Realização das Atividades Previstas
4. Avaliação dos Resultados

1.3 ATIVIDADES E OFICINAS

1. Roda de Conversa - Projeto AVK

(Câmara Municipal de Cavalcante / GO)

novembro . 2021

Fase 1 - Identificação

Como **primeiro encontro** entre o grupo de pesquisadores e a comunidade, foi realizada uma roda de conversa sobre o projeto, **levantando as demandas emergentes da comunidade.**

2. Oficina de Adobe na 22ª SemUni UnB

(Campus Darcy Ribeiro - Brasília / DF)

setembro . 2022

Fase 3 - Realização

Durante a semana universitária da UnB, foi organizada uma oficina de produção de Adobe com a empresa **Ciranda Viva**, buscando **aproximar os alunos de forma prática do tema** do projeto.

3. Assessoria Técnica / Rede Sociotécnica

(Cavalcante / GO)

setembro . 2022

Fase 3 - Realização

Neste encontro com a comunidade, houve uma conversa mais informal sobre **temas burocráticos do dia a dia dos bioconstrutores Kalunga**, com **assessoria técnica de documentos.**

4. Oficina de mapeamento pelo celular

(Cavalcante / GO)

novembro . 2022

Fase 3 - Realização

Visando uma maior independência no registro do território pela comunidade, foi realizada uma **oficina aberta** no V Encontro de saberes e fazeres, onde foi ensinado **a criar mapas usando o celular.**



figura 10



figura 11



figura 12



figura 13



figura 14



figura 15



figura 16



figura 17

5. V Encontro de pesquisas, saberes e fazeres

Quilombolas Kalunga

(Cavalcante / GO)

novembro . 2022

Fase 4 - Avaliação

O V Encontro de pesquisas, saberes e fazeres Kalunga foi uma ótima oportunidade de fortalecer o vínculo entre pesquisadores e comunidade, além de **apresentação do Projeto AVK com banners, slides e uma mesa temática** acerca do tema, o que permitiu avaliar os resultados do trabalho com os convidados da comunidade.



figura 18



figura 19



figura 20



figura 21



figura 22



figura 23



figura 24



figura 25



figura 26

1.4 SOBRE O GUIA AVK

O guia da Arquitetura Vernacular Kalunga visa, a partir da relação de saberes entre a universidade e a comunidade, apresentar as principais técnicas construtivas vernaculares encontradas no território e a relação contemporânea com a bioconstrução desenvolvida pelos Kalungas. Diante do contexto atual de disputa territorial, processos de expansão urbana e gentrificação em diversos municípios da Chapada dos Veadeiros, entre eles Cavalcante, o guia/livro ao apresentar as técnicas construtivas, reflete sobre a relação das técnicas tradicionais com à indústria da construção civil e outras questões de extrema importância para o território, como a ambiental e de regularização fundiária no SHPCK.

O Capítulo 01 apresenta o projeto, objetivos e as pessoas envolvidas na elaboração do guia; o Capítulo 02 apresenta a história e cultura local com foco na territorialidade ancestral Kalunga e os seus modos de vida vinculados à terra; o capítulo 03 contextualiza a questão conceitual do patrimônio e da arquitetura vernacular a partir da difusão dos saberes populares ancestrais

e as principais técnicas utilizadas no território, exemplos e detalhamento sobre bioconstrução. Destacamos nesse capítulo as obras dos bioconstrutores Kalungas, Carlos Pereira e Marlon Santos colaboradores do projeto.

O Capítulo 04 apresenta as questões emergentes com as análises a respeito da expansão urbana e gentrificação, questões ambientais e fundiárias a respeito do território e sua relação com o município de Cavalcante.

O Capítulo 05 apresenta os frutos do projeto, etapa iniciada pelo projeto de arquitetura vernacular kalunga que espera ter uma continuidade a partir deste guia. Indica o acesso ao site do projeto com conteúdos interativos e a rede sociotécnica, ainda em formação’

Por fim Capítulo 06 apresenta as considerações finais, onde um dos objetivos comunitários do Guia é articular a rede colaborativas existentes no território e dar visibilidade com a identificação dos bioconstrutores Kalungas, para além de difundir o conhecimento técnico, contribuir para a sustentabilidade econômica também na construção civil, problematizando a

relação de valores ancestrais e atuais nos métodos construtivos e, assim, entender melhor a relação da ocupação territorial com o meio Kalungas, para além de difundir o conhecimento técnico, contribuir para a sustentabilidade

econômica também na construção civil, problematizando a relação de valores ancestrais e atuais nos métodos construtivos e, assim, entender melhor a relação da ocupação territorial com o meio.

Frutos do Projeto

01 Site



O **Site do Projeto AVK** foi criado para facilitar o acesso às nossas atividades, objetivos e parceiros, além da comunicação online.

Accesse o site pelo link abaixo ou lendo o QR Code ao lado:

<https://www.perifericounbkalunga.com/>



02 Rede Sociotécnica



A **Rede Sociotécnica** é uma plataforma colaborativa para documentar e divulgar os bioconstrutores da comunidade Kalunga e local.

Accesse o site pelo link abaixo ou lendo o QR Code ao lado:

<https://www.perifericounbkalunga.com/rede-sociotecnica>



Quer colaborar também?

Você pode entrar em contato conosco pelo nosso Site:

<https://www.perifericounbkalunga.com/>

ou Instagram: [@perifericounb](https://www.instagram.com/perifericounb)



figura 27

capítulo 2

HISTÓRIA E CULTURA

Autores: Caio Damasceno, Luana Oliveira,
Luna Nascimento, Angélica Silva, Talita Maaboni e Liza Andrade

2.1 HISTÓRIA E RECONHECIMENTO DO QUILOMBO KALUNGA

No período colonial do século XVII até o século XIX, o Brasil recebeu aproximadamente 4 milhões de africanos, sequestrados de partes diferentes da África e forçados ao trabalho escravo nos diversos ciclos econômicos - como os da cana-de-açúcar, da mineração, do algodão, entre outros - na consolidação da colônia portuguesa. A escravidão foi abolida apenas em 1888, sendo o Brasil o país não apenas o que recebeu o maior número de africanos escravizados no Novo Mundo, mas o último a abolir esse sistema.

Onde houve escravidão, houve resistência, e muitas pessoas escravizadas que conseguiram fugir abrigaram-se nas matas, nos morros e em locais de difícil acesso, se organizando em comunidades quilombolas, onde guardavam suas histórias e culturas de origem africana.

No Goiás, a ocupação portuguesa começou com a chegada dos bandeirantes Bartolomeu Bueno da Silva e João Leite da Silva Ortiz, vindos de São Paulo em 1722. Ao longo da expedição, os bandeirantes encontraram minas de ouro e implementaram o ciclo

de mineração onde já viviam os povos indígenas "goyazes", trazendo africanos escravizados de outros locais do Brasil para a exploração das minas.

A relação dos quilombolas com os povos indígenas como os Xavantes e Kaiapós se dava de forma ambígua, podendo ser conflituosa ou harmônica. Dessa forma, o povo do quilombo Kalunga guarda tradições dos dois povos, como relata Dona Lereci: "Sabemos que por ter tido muitas ligação e entrosamentos com os índios nós herdamos muitas coisas deles, como por exemplo: o modo de nos fazer as nossas roças, as moradias, a caça e pesca". (MOVIMENTO REGIONAL POR LA TIERRA, 2015, p.8).

A história do Quilombo Kalunga começou a ser disseminada na década de 1980, pela antropóloga Mari Baiocchi (1983), ao identificar a preservação de modos de vida e elementos tradicionais da cultura africana e indígena, devido ao afastamento geográfico e à ausência de contato com elementos da modernidade que preservaram a cultura tradicional dessa comunidade.

Em 1991, o Território Kalunga é reconhecido e tombado como patrimônio histórico e cultural pelo Governo do Estado de Goiás. O Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga (SHPCK), ocupando essa área há mais de 200 anos, foi reconhecido pela Fundação Cultural Palmares como Comunidade Remanescente de Quilombo

no ano 2000. Apesar da delimitação oficial do Território Kalunga, esse povo não possui fronteiras delimitadas internamente, seus descendentes ultrapassam as linhas imaginárias estabelecidas e se espalham por toda a Chapada dos Veadeiros e por outros lugares no entorno, como nos estados do Tocantins e Minas Gerais.





figura 28

2.2 LINHA DO TEMPO





figura 29



figura 30



figura 31



figura 32

2.3 APRESENTAÇÃO DO TERRITÓRIO KALUNGA

O território da comunidade quilombola Kalunga está localizado na região nordeste do estado de Goiás e integra a região da Chapada dos Veadeiros, divisa com o Parque Nacional, na parte sul. Perpassa os municípios de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás, com uma área delimitada de 237.000 hectares, com aproximadamente 39 comunidades, indicados no Mapa 03.

Considerado um espaço geográfico singular (ALMEIDA, 2015), o território Kalunga distingue-se dos chapadões, apresentando vãos, serras e morros com depressões e vales estreitos e rios encaixados. Atitude média é de 800 metros do nível do mar, ultrapassando 1.600 metros em alguns pontos de suas montanhas.

O clima da região é tropical sazonal com invernos secos e verões chuvosos entre outubro e abril, tendo janeiro e fevereiro os meses mais chuvosos. O território é cortado pelos rios Paranã, da Prata, Corrente, das Almas (figura 36) e Córrego dos Bois, e integra o Bioma do Cerrado, com vegetação predominante de Campo Cerrado.

A Comunidade se organiza

principalmente em quatro núcleos: O Engenho II (figura 31 e 32), mais próximo dos núcleos urbanos de Cavalcante e Alto Paraíso; o Vão do Moleque (figura 30); o Vão de Almas (figura 33 e 35) e o antigo Ribeirão dos Negros rebatizado como Ribeirão dos Bois.

O SHPCK ocupa a maior área de cerrado preservado do Brasil e apresenta um dos mais altos índices de biodiversidade do planeta sendo o primeiro território do Brasil reconhecido como parte dos “Territórios e Áreas Conservadas por Comunidades Indígenas e Locais” (TICCA) pela PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) no ano de 2021. Essa denominação ajuda no fortalecimento da comunidade a se defender e buscar em rede, conforme Damião Moreira, líder comunitário Kalunga (WWF, 2022). Além de poder servir de apoio e reconhecer a importância dessas comunidades e sua relação com a natureza.

Foram realizados diversos trabalhos e levantamentos do Território Kalunga, entre eles destacamos os relatórios técnicos desenvolvidos pelo Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica (CIGA) do Departamento de

Geografia da UNB, coordenados pelo geógrafo Professor Rafael Sanzio A. dos Anjos responsável pelo levantamento apresentado no Mapa 03 onde se localizam as comunidades Kalungas.

Distribuídas nos vãos, evidenciam a necessidade de proteção a qual o passado colonial escravista da comunidade faz referência, percebendo-se também as relações de ocupação ao longo dos rios, fonte de pesca, agricultura e diversos usos necessários a vida da comunidade.

Nesse sentido o projeto AVK aborda o entendimento de território étnico, como o espaço construído e materializado a

partir de referências de identidade e pertencimento territorial, onde a terra constitui a base fundamental para a manutenção da comunidade (ANJOS, 2011), como será apresentado a seguir na territorialidade e religiosidade Kalunga.

A relação da comunidade se integra à todas as escalas da natureza, desde a ocupação nos espaços geográficos entre os vãos dos relevos, próximos aos rios, ao uso ancestral das técnicas e tecnologias que utilizam apenas os materiais locais como a terra, às pedras, às palhas de buriti, além da culinária, hábitos e costumes integrados a fauna e flora local.



figura 33

Legenda

LOCALIZAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS NO BRASIL



LOCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS REFERENTES À ÁREA QUILOMBOLA NO ESTADO DE GOIÁS



COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA NO SÍTIO HISTÓRICO KALUNGA

VÃO DA CONTENDA

Contenda
Curral de Taboca
Sucuri
Tinguizal
Areia
Faina
Bom Jardim
Riachão
Saco
Boa Vista
Boa Sorte
São Pedro
Barra
Saco Grande
Solidade

VÃO DAS ALMAS

Vargem
Jataroba
Vão das Almas
Caçara
Tarumã
Ribeirão
Taboca
Sucuri
Sobrado
Brejão
Ema
Caldas
Borrachudo
Soledade
Boa Sorte
Limoeiro

VÃO DO MOLEQUE

Saco
Boa Vista
Lagoa
Córrego Terra
Vermelha
Congonhas
Vargem da Capela
Fazendinha
Buriti Comprido
Vargem Grande
Boa Sorte
Córrego Mochila
Volta do Canto
Redenção
Altamira
Curriola
Morro



SÍTIO QUILOMBOLA
NO VÃO DO MOLEQUE



SÍTIO QUILOMBOLA
NO VÃO DA CONTENDA



SÍTIO QUILOMBOLA
NO VÃO DAS ALMAS



FAZENDA



RIO / CÓRREGO / RIBEIRÃO



RODOVIA ESTADUAL



ESTRADA DE CHÃO / ACESSO



LIMITE DA ÁREA DO
SÍTIO HISTÓRICO DA
COMUNIDADE KALUNGA

PROJETO CARTOGRÁFICO: GEÓG. RAFAEL SANZIO ARAÚJO DOS ANJOS - CENTRO DE CARTOGRAFIA APLICADA E INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. E-mail: ciga@unb.br TEL. (61) 3107-7244 BSB, 2010. FONTE: MAPA DO SÍTIO HISTÓRICO E PATRIMÔNIO CULTURAL KALUNGA, DE MARI DE NASARE BAIOCCHI. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, UNESCO, 1999 / FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES - MINC, 2005.





figura 34





figura 35



figura 36

2.4 TERRITORIALIDADE E CULTURA KALUNGA

Os territórios quilombolas são conhecidos pelo uso comum e compartilhado da terra. Durante muito tempo não havia registros de conflitos, nas quais as terras ocupadas eram partilhadas pelas comunidades e de uso de subsistência em equilíbrio com os recursos da natureza.

Tradicionalmente, a comunidade Kalunga desenvolve uma relação singular com a terra e os elementos naturais do local, as serras, os rios, as áreas de cultivo, as casas e espaços coletivos, apresentando uma forma de viver integrada aos elementos disponíveis. Dessa forma o território é constituído não apenas pela terra e pelos elementos materiais, mas também pelo que é imaterial no desenvolvimento da cultura ancestral daquele povo, a partir das relações sociais e das vivências realizadas naquele local, a própria história vivenciada.

A territorialidade é uma identidade vinculada à terra em que os modos de fazer e viver se relacionam diretamente com os elementos presentes no território. **A cultura ancestral trazida pela ascendência africana e indígena**

imprime nas construções e no solo do território as técnicas construtivas e de cultivos aprendidas de geração em geração. A comunidade Kalunga também é conhecida pelos seus festejos e pela religiosidade, festas anuais que juntam a comunidade.

É muito comum no território o uso de uma técnica de cultivo chamada de “roça de toco”, de origem indígena. São produzidos arroz, feijão, mandioca, milho, abóbora, batata doce, banana, cana, taioba, algodão, gergelim, amendoim, feijão andu, feijão de corda, quiabo, maxixe, melancia, jiló, com sementes passadas entre gerações.

A caça e a pesca também fazem parte da economia da comunidade, que em geral, não costumava produzir excedente por falta de estradas e acesso a outros locais para venda, sendo comum a troca entre as comunidades dentro do território.

Por se tratar não apenas de uma comunidade quilombola, mas também de um sítio histórico, a manutenção de sua cultura está vinculada diretamente aos

usos e relações espaciais que se desenvolvem naquela terra, constituindo o próprio território Kalunga, um sítio de valor a ser preservado pela nação. Dessa forma os modos de fazer e viver, assim como as técnicas de arquitetura

vernacular, são aqui destacadas por compreender que a arquitetura é a síntese da relação do homem com o seu território, e os elementos materiais são representantes dos elementos simbólicos a serem preservados.



figura 37





figura 38

2.5 FESTEJOS, RELIGIOSIDADE E ANCESTRALIDADE

Nas festividades Kalungas, não se separa o profano do sagrado. Mesmo seguindo algumas crenças do cristianismo, também não se separa das religiosidades ancestrais africanas ou indígenas. Portanto, as festividades celebram a Congada, o Candomblé, as Danças Curraleiras, o benzimento indígena, bem como a Sexta Feira Santa e a reza do Pai Nosso. Gerando uma diversidade com diferentes contrastes.

Nas festas o Povo Kalunga fortalece sua identidade e vivência em comunidade, recitando em cantos as rezas passadas por seus ancestrais através da oralidade. Há festas do tipo Império, que estão mais interligadas aos costumes africanos, e há festas de Romarias, com costumes católicos, porém sempre há figuras e santos das duas tradições. As festas festejam os santos e as figuras religiosas, as colheitas, os ciclos, o namoro e o casamento.

Tradicionalmente são realizadas danças como a sussa, o batuque, catiras e forró. A sussa é a dança típica do povo Kalunga, que demonstra a alegria ao

som da viola, do pandeiro, da sanfona e do tambor. Na dança, as mulheres giram rodando suas saias de estampas e cores vibrantes enquanto equilibram uma garrafa de cachaça na cabeça; geralmente é realizada para pedir prosperidade na lavoura (figura 46).

Durante o ano, há muitas folias e festejos Kalungas, sendo os mais conhecidos: a Romaria de São João, a Caçada da Rainha, a Romaria do Vão das Almas, o Império do Divino Espírito Santo e a Romaria do Vão do Moleque.

A Romaria de São João é uma festa junina, portanto acontece no mês de junho. Já a Caçada da Rainha acontece no mês seguinte e remete aos tempos de escravidão pois comemora o retorno da Princesa Isabel após ter saído do país depois de ter assinado a Lei Áurea, que libertou os escravos. Na época, os escravos realizaram uma grande festa de alforria com muita comida, música e dança. Atualmente, todo ano escolhem um rei e uma rainha para o festejo em Cavalcante.



figura 39

A Romaria do Vão das Almas ocorre juntamente com o Império do Divino Espírito Santo na metade do mês de agosto, essa festa possui mais de 200 anos de tradição. O ritual começa com a comunidade seguindo o imperador, os anjos e sua família da casa do festeiro até a capela. Nela eles rezam e depois retornam à casa para o banquete, por fim é levantado o mastro em agradecimento e há uma passeata final.

A Romaria do Vão do Moleque é festejada na metade do mês de setembro

e celebra os santos São Gonçalo do Amarante, São Sebastião e a Senhora do Livramento. São realizados diversos rituais acompanhados da dança sussa e de canto ao som de caixa, tambor, pandeiro, violão e zabumba. O ritual começa com rezas e celebrações a São Sebastião elevando um mastro com sua imagem (figura 30), depois preparam o caminho para a chegada do Império de São Gonçalo do Amarante. No dia seguinte, tem o início do império, o imperador se encontra vestido de terno com camisa branca, a rainha



figura 40

com vestido longo branco e os príncipes também de branco. Eles caminham com seus familiares e a corte até a capela (figura 40) para a realização dos rituais e rezas. Depois seguem novamente até a casa do imperador para o banquete, seguindo o festejo por mais tempo (figuras 41 e 42). A festa permite a socialização entre diferentes pessoas, de diversos cargos e de municípios distintos.

Percebe-se que algumas festas seguem um raciocínio parecido, mas que são todas muito ricas e com muita

diversidade, festejando a diferentes santos e figuras, evidenciando a miscigenação e fortalecendo a ancestralidade, a espiritualidade e a coletividade do povo Kalunga.



figura 41

Janeiro

Folia dos Reis

01 a 06

.....
Novena de São Sebastião

11 a 20

Fevereiro

Nossa Senhora das Candeias

02

Junho

Santo Antônio

04 a 13

.....
São João

23

.....
São Pedro

29

Julho

**Nossa Senhora do Perpétuo
Socorro**

10

.....
Caçada da Rainha

10

.....
Folia Povoado São José

10 a 15

.....
Santo Antônio (Engenho II)

13

.....
Novena de Sant'Ana

17 a 25

.....
**Reinado da Nossa Senhora do
Rosário**

26 a 31

Setembro

**Romaria Vão do Moleque
(Nossa Senhora do Livramento
e São Gonçalo)**

13 a 16

Outubro

Nossa Senhora do Rosário

07

.....
Nossa Senhora Aparecida

12

Março

São José

19

Agosto

Romaria do Vão das Almas

13 a 15

.....
Império do Espírito Santo

14

.....
Reinado da Nossa Senhora da
Abadia

15

.....
Festival de Música
Instrumental e Cultura Popular
de Cavalcante

28 a 29

Dezembro

Nossa Senhora da Conceição

08

.....
Natal

24

.....
Reveillon

31



figura 42



figura 43



figura 44



figura 45



figura 46



figura 47

capítulo 3

ARQUITETURA VERNACULAR KALUNGA

Autores: Talita Maboni, Caio Damasceno, Luna Nascimento, Tainá Rossi, Carlos Pereira, Marlon Santos e Alcileia Torres

3.1 A CONSTRUÇÃO COM TERRA KALUNGA

Historicamente o conhecimento da construção com terra no Brasil praticada pelos indígenas recebeu importante incremento com as técnicas milenares de construção africanas no aprimoramento do uso dos materiais naturais já utilizados, como a madeira e a palha, transmitidas pelas pessoas que foram escravizadas e trazidas à força ao continente americano. Ainda hoje, técnicas como a taipa de mão e o adobe são amplamente utilizadas, especialmente em zonas rurais, mantendo a tradição da construção com terra.

Outro incremento veio por parte dos colonizadores europeus, que trouxeram técnicas de construção com estruturas mais robustas, como a taipa de pilão, muito utilizada no período colonial e que foi perdendo espaço na produção vernacular devido a sua complexidade de execução, maior demanda de tempo, mão de obra e volume de materiais.

A disseminação desse conhecimento empírico e **vernacular**, ou **popular**, também deve ser entendida como patrimônio que expressa a cultura e os modos de vida dessas populações. Contudo, as técnicas construtivas com

terra foram reconhecidas inicialmente como patrimônio apenas nas arquiteturas coloniais portuguesas, em geral as construções militares, religiosas e aristocráticas, como a casa grande.



figura 48



figura 49

No caso das arquiteturas populares autoconstruídas, como as casas dos trabalhadores, independente das técnicas utilizadas essas construções não eram valorizadas. Esse processo de desvalorização das técnicas populares acarretou na depreciação das técnicas tradicionais de origem africana e indígena, que faziam uso dos elementos naturais existentes no local para a construção. Comumente associadas à pobreza e à falta de recursos na sociedade colonial (branca e racista), essas construções passaram a ser “apagadas” e substituídas por técnicas consideradas “modernas” e (higiênicas)

A priorização dos materiais de construção industrializados são um exemplo da hierarquia de valores entre os elementos mais simples da natureza e elementos de luxo. A construção imagética de precariedade e insalubridade advém desde o período colonial. Nos períodos do império e república, com a consolidação das cidades brasileiras e avanço na urbanização, o abismo entre o campo e cidade, assim como a origem das técnicas construtivas se alargou e se consolidou na depreciação e exclusão das técnicas vernaculares de origem popular.

Neste guia, entende-se que os modos de vida, cultura e saberes construtivos da Arquitetura Vernacular Kalunga são elementos que trazem identidade ao sítio histórico e por isso devem ser considerados patrimônio também.

Arquitetura “Vernacular” & Arquitetura “Popular”

O termo arquitetura vernacular caracteriza o tipo de construção que possui uma identidade cultural local, pois expressa dialetos étnicos locais e regionais de uma sociedade (Oliver, 2006). “Arquitetura popular” também é bastante usado para a arquitetura que se baseia no saber do povo, no entanto é um termo que envolve muitas discussões e abrange diversos tipos de construções, inclusive aquelas que não estão necessariamente vinculadas a saberes tradicionais ou que são construídas para a comunidade, sem o processo participativo destas (SANTOS e COSTA, 2017). O modo de construir

Kalunga incorpora várias inovações e adaptações de saberes ancestrais, por isso chamar de arquitetura tradicional pode ser limitante nesse caso.

É importante reconhecer que não há uma verdade absoluta e essa discussão ainda pode ser bem aprofundada, contudo escolhemos usar o termo “Arquitetura Vernacular” nesse guia por acreditarmos que seu conceito é o mais adequado para o que queremos abordar. Embora ainda seja um termo restrito ao meio acadêmico, ao utilizarmos cada vez mais no nosso cotidiano, poderemos torná-lo mais acessível.

“ao usar o termo ‘arquitetura vernácula’ abraço todos os tipos de construções feitas por pessoas em sociedades tribais, folclóricas, camponesas e populares onde um arquiteto ou designer especializado não está envolvido no processo”

(OLIVER, 2006, p. 30, tradução nossa).



figura 50

No caso dos primeiros quilombolas que começaram a habitar a região onde formou-se o quilombo Kalunga no século XVII, foi preciso aprender a sobreviver nesse espaço e conhecer a natureza ao seu redor e os recursos por ela oferecidos. Como construtores natos, aprenderam a distinguir nas árvores as madeiras úteis para construção de ferramentas, mobiliários e casas, como o jatobá, ipê, aroeira e sucupira branca, das quais podiam extrair os esteios para a casa de pau-a-pique, os barrotes e as vigas. As tabocas rachadas e os galhos de árvores do cerrado serviam de varas que, quando trançadas e amarradas com cipó, eram recobertas com terra amassada com água, formando as paredes de taipa de mão. Palmeiras como o buriti e indaiá forneciam palha para cobrir os telhados das casas e algumas paredes também. Dos barrancos dos rios aprenderam a coletar o barro ideal para fazer adobe, entendendo que a resistência dessa terra era maior que a da terra crua (MEC, 2001).

O emprego da palha nas coberturas possivelmente veio como herança africana e indígena, mas atualmente essa utilização da palha vem diminuindo devido à rápida propagação do fogo e a baixa durabilidade que a fibra possui.



figura 51



Curiosidade:

A palavra adobe deriva da palavra árabe “**thobe**”, que significa blocos de terra não cozida. **A taipa e o pau a pique** são exemplos de técnicas construtivas com terra crua.

Existem edificações milenares feitas com terra conservadas até o dia de hoje, por exemplo as **Muralhas da China**.

O uso do adobe e a construção com terra em geral tem sido muito estudado pelas suas características térmicas e sustentáveis.

Fonte: GOMES et al, 2019.

Mesmo que a região habitada pelos Kalungas seja rica em pedras, a construção com terra foi priorizada devido às suas vantagens em relação à extração, ao manejo, ao tempo de execução e à facilidade de expansão territorial, por ela ser mais simples e acessível em relação à construção com pedras, contribuindo para a autonomia do povo Kalunga.

Importante salientar que o conhecimento acadêmico atual sobre a arquitetura Kaunga tem grande contribuição do professor Jaime Gonçalves de Almeida da UnB. Com seu pioneirismo no tema, difundiu esse conhecimentos por meio de publicações acadêmicas sobre a arquitetura Kalunga (2005), além dos trabalhos técnicos com a comunidade (2004a, 2004b) e apresentações sobre o tema (2007, 2008).

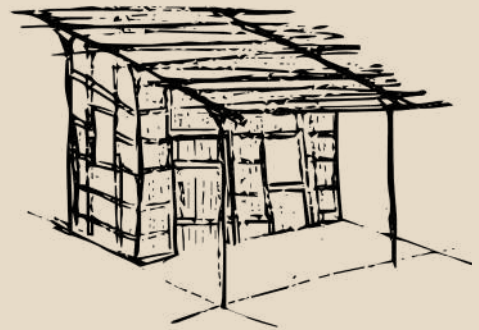
01



Paredes:
Ripa de Buriti (figura 51)
Ripa de coco seco

Cobertura:
Folha de Buriti

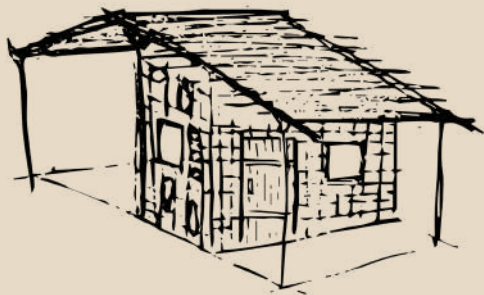
02



Paredes:
Enchimento com palha de Burti
Amarrado com cipó (figura 49)

Cobertura:
Folha de Buriti

03



Paredes:

Pau a pique (figura 48):
Terra + ripas de Taboca

Cobertura:

Folha de Buriti

04



Paredes:

Adobe na fachada principal com tijolos de
40x20cm (figura 55)
Enchimento na parte mais reservada

Cobertura:

Folha de Buriti

Nas ilustrações ao lado, percebe-se as variadas técnicas que utilizam madeira, terra e fibras vegetais, nas quais a figura 01 é a construção mais frágil com vedação apenas de fibras, as figuras 02 e 03 misturam fibras com terra, nas paredes de enchimento e pau a pique e a 04 já apresenta maior durabilidade e resistência com o uso da terra como adobe.



figura 52

Apesar do uso da terra, da palha e da pedra apresentarem prós e contras no emprego em construções, esses três materiais abundantes no território kalunga permitiram a autoconstrução de base familiar, contribuindo para a fixação deste povo naquelas terras e deixando clara a relação entre a ocupação territorial e a moradia kalunga no sentido de que a construção com terra é forte, resistente e reforça o sentido de posse do lugar (ALMEIDA, 2004).

Ainda que essas técnicas sejam adaptadas ao clima local e acessíveis à comunidade, o cenário atual de crescimento desordenado do turismo e urbanização acelerada traz o incentivo ao uso de materiais industrializados com tecnologias importadas de outras regiões sob a premissa do “desenvolvimento”, o que afeta a arquitetura vernacular da região da Chapada dos Veadeiros e promove a perda dos saberes populares.

Nesse sentido, se faz urgente a criação de estratégias que redirecionem o turismo e os investimentos públicos para a preservação do patrimônio construtivo na Chapada dos Veadeiros, de forma que as atividades turísticas conscientizem e divulguem a relevância desse patrimônio material e imaterial, se atentando para não objetificá-lo apenas como mercadoria. Esse

processo de mercantilização dos saberes tradicionais pode ser observado nos empreendimentos dos novos investidores da região, na maioria das vezes vindos de outras cidades e estados, que contratam construtores kalunga a preços de mão de obra barata para produzir e construir com o “adobe kalunga”, o que agrega valor ao seu negócio como se fosse uma marca, mas por trás esconde a apropriação apenas mercadológica da cultura kalunga, tendo em conta o baixo retorno financeiro que a comunidade recebe com o uso de seus saberes.



figura 53

3.2 ARQUITETURA VERNACULAR E PATRIMÔNIO

Patrimônio cultural é tudo que tem importância e relevância para a sociedade, o que abrange bens materiais, como cidades, paisagens naturais, territórios, edificações e obras de arte, como também bens imateriais, que são saberes, expressões e técnicas, configurando danças populares, lendas, tradições e modos de fazer e construir característicos de uma sociedade. Para reconhecimento legal desses patrimônios existem instituições que os regularizam e documentam: a Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), que é responsável por definir os patrimônios mundiais, o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), que atua a nível nacional e as prefeituras e os governos estaduais, que regularizam os patrimônios regionais.

Sendo um país de vasta extensão territorial e biomas diversos, os sistemas construtivos brasileiros variam entre as regiões de acordo com o clima, os ventos, a insolação, os materiais disponíveis localmente, as técnicas de execução e as sabedorias socioculturais de cada lugar.

Apesar de o ensino hegemônico de

arquitetura nas instituições de educação superior no Brasil ainda manter o foco na importação das técnicas construtivas européias e pouco tratar da arquitetura verdadeiramente brasileira e **descolonizada do europeu**, temos na arquitetura vernacular dos povos nativos a verdadeira expressão nacional, podendo esta ser definida como aquela em que são empregados materiais e recursos do meio ambiente em que a construção foi feita, integrada e adaptada ao clima, economia e cultura locais e com os conhecimentos construtivos repassados de geração em geração, trazendo os conceitos de simplicidade, adaptabilidade e funcionalidade das construções.

A execução das construções com base no mutirão comunitário ou familiar e a autonomia intrínseca à esses processos de autoconstrução proporcionam independência para construir suas moradias e empoderamento comunitário, tanto em zonas urbanas quanto rurais, onde os conhecimentos imateriais relacionados a esse saber-fazer são difundidos e coletivamente fortalecidos.

A reprodução das técnicas entre as gerações não significa uma “eterna cópia dos espaços edificados”, sem a possibilidade de aprimoramento e melhorias com a implementação e adaptação de novos conhecimentos, mas pelo contrário, o dinamismo cultural promove a transformação e manutenção das técnicas ancestrais inseridas nos novos contextos temporais. Esses patrimônios carregam componentes socioculturais valiosos, e reconhecer essa identidade cultural afro-indígena-brasileira e valorizar suas qualidades construtivas e arquitetônicas é valorizar também o próprio patrimônio brasileiro.

Para que a arquitetura vernacular Kalunga tenha seu reconhecimento como patrimônio garantido é preciso que a sociedade valorize e a entenda como tal, não apenas no uso das técnicas como uma tendência, mas no papel efetivo de reprodução de um modo de vida verdadeiramente sustentável. O uso da terra como material construtivo, muito mais do que ser um material ambientalmente sustentável, carrega em si a sabedoria ancestral nos modos de fazer e viver. Academicamente, isso é chamado de significância cultural e esse processo depende ativamente da

sociedade e da discussão dos valores que o item possui (RIBEIRO; LIRA, 2012).

Esse trabalho visa contribuir com a difusão e registro das tradições para inspirar sua continuidade para as novas gerações. E também, que possa incentivar o reconhecimento da importância da arquitetura vernacular Kalunga para a sociedade e contribuir de alguma forma para a construção de sua significância cultural.



figura 54





figura 55

3.3 OS “NOVOS” SABERES ANTIGOS: A BIOCONSTRUÇÃO KALUNGA

De forma resumida, a bioconstrução pode ser definida como a utilização de técnicas de arquiteturas vernaculares e saberes construtivos populares que utilizam materiais locais naturais e soluções bioclimáticas mais simples e intuitivas e integradas com a natureza do espaço, traduzindo a sabedoria e a criatividade de um povo que perpetua esses conhecimentos entre as gerações através da autoconstrução.

Além das técnicas construtivas e emprego de materiais ecológicos, renováveis e presentes no entorno, todo o ciclo de vida da construção, desde a extração dos materiais, seu uso e manutenção e até mesmo sua demolição são considerados, assim como a forma de lidar com os resíduos, o lixo, o esgoto, a água e a energia, diminuindo a dependência dos sistemas municipais e tratando-os para que eles retornem à natureza sem agredi-la.

Diversas técnicas e materiais naturais são utilizados na bioconstrução, mas a construção com terra ganha destaque por sua adaptabilidade e

abrangência em diversas partes do mundo. Afinal, a terra é o material mais abundante do planeta (GERNOT, 2016). O conforto térmico que as técnicas que utilizam esse material oferece, deixando o ambiente interno da construção “mais fresco” independente de fazer frio ou calor do lado de fora pela capacidade de absorção e propagação lenta do calor pela terra, faz dela uma solução ecológica de fácil acesso.

Buscando priorizar mais as relações humanizadas do que as relações meramente mercadológicas que acontecem na construção civil, ao valorizar o saber dos mestres e mestras construtores, evidenciamos o lado social e humano desses conhecimentos, que nos ensinam a observar a natureza ao nosso redor, outros tempos dos ciclos, cultivar e aguardar o plantio e a recriar soluções criativas com os recursos e alternativas existentes no local.

Assim, com suas técnicas de arquitetura vernacular repassadas entre as gerações pelos mais velhos e constantemente adaptadas com

os conhecimentos adquiridos pelos mais novos como parte do contexto contemporâneo, podemos dizer que os kalungas são bioconstrutores natos que trazem uma herança de saberes construtivos que não pode ser apagada ou substituída, sendo fundamental valorizar os movimentos autônomos de construtores kalunga e difundir seus trabalhos.

As páginas a seguir apresentam um “glossário” não convencional, onde os principais termos utilizados neste trabalho são ilustrados por explicações da própria comunidade.

São elementos e termos tradicionais do processo de construção, variando desde elementos construtivos até termos e relações de troca, como o mutirão. O processo de transmissão de conhecimentos e valorização dos saberes tradicionais são transmitidos popularmente pela oralidade. Dessa forma incluímos links de entrevistas realizadas por Alcileia Kalunga, onde os quilombolas fazem relatos explicando as técnicas e os materiais construtivos utilizados.

Com o intuito de valorizar o patrimônio cultural Kalunga, e especialmente as suas técnicas construtivas, acreditamos ser uma forma

lúdica na qual os termos de caráter vernacular podem se popularizar.

Um dos maiores preconceitos contra a construção com terra se relaciona com a presença do mosquito barbeiro, que transmite a doença de Chagas, mas é importante ressaltar que o barbeiro pode se alojar em frestas de qualquer tipo de construção, independente do material empregado.

“ADOBE”



Seu João

Comunidade Kalunga Vão de Almas

“ENXUMENTO”
(com palha ou terra)

“CASA DE TERRA”

“RANCHO /
RANCHÃO”

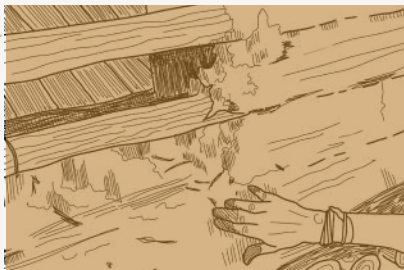
CONFORTO TÉRMICO

*"É muito fresco pra gente ficar."
"...a de adobe é mais fresca, e a de telha é
muito quente."*



CONHECIMENTOS ANTIGOS E NOVOS

*"No momento, eu acho que tem desses que
não sabem o que é uma casa enxumentada,
porque agora tem o adobe."*



LIGAÇÃO AFETIVA

*"Eu sinto muito alegre, porque eu fui nascido
e criado tendo contato com a terra, porque
de primeiro nós não conhecia cimento."*



CONHECIMENTOS PASSADOS DE GERAÇÃO EM GERAÇÃO

*"...aprendi a construir um ranchinho de roça
com mãe e pai. É que eu via eles fazendo, e
aí a gente vai crescendo e sempre tem que
pegar aquele dom."*

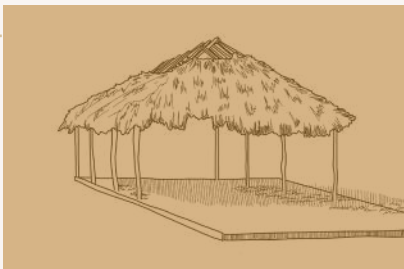




figura 57

Dona Dirani

Mestra dos Saberes e Fazeres Ancestrais



QR CODE:

*Entrevista completa
com Dona Dirani*

“MUTIRÃO”

“ARQUITETURA
VERNACULAR E
PATRIMÔNIO”

“FORQUILHA”

“TABOCA”

AUTOCONSTRUÇÃO

"Eu ajudei a construir, que meu pai fazia né e nós morava na casa de palha feita de barro. Enxumentava de pau e jogava barro pelas paredes, e aprendi com meu pai."



PRESERVAR PARA NÃO PERDER O SABER

"...primeiramente as casa era de enxumento e enfiado palha. Depois passou a jogar barro. Hoje os mais jovens não conhecem uma casa enxumentada e jogada barro."



USO DE MATERIAIS LOCAIS

"Os materiais tirava os pau do cerrado, apanhava as taboca do cerrado, tirava cipó pra amarrar as paredes pra poder jogar o barro."



"...tirava as forquilhas, panhava caibro, panhava feixo de palha pra nós tirar palha no cerrado pra armar nossa casa com pau, e pra ribuçar, pra nós fazer os tear e fazer as paredes enxumentadas de pau e jogada barro."





figura 58

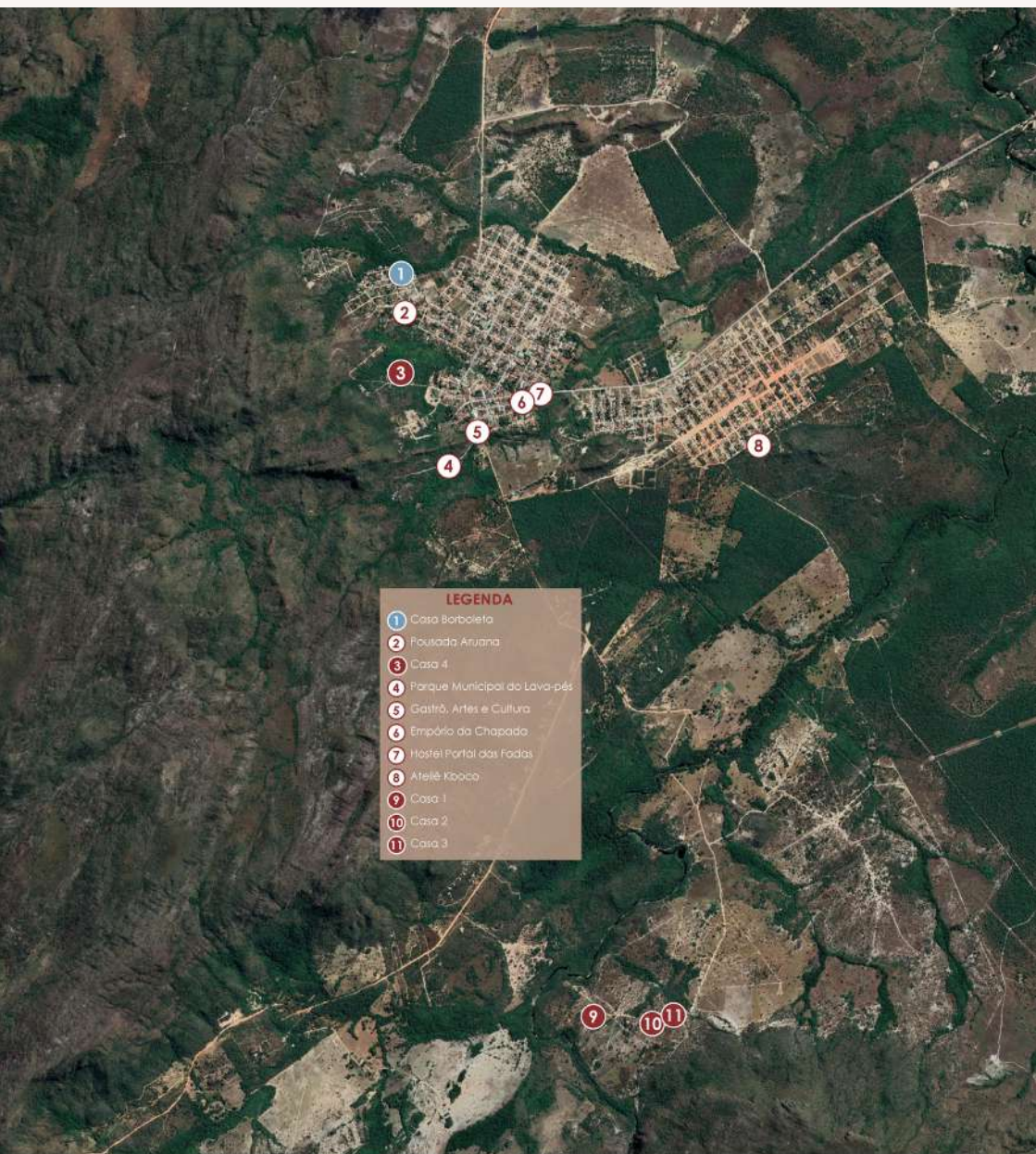
Como já comentado neste guia, o aumento do interesse imobiliário pela região da Chapada dos Veadeiros tem feito a construção civil andar a passos acelerados, bem como a procura por técnicas construtivas “kalungas” de se construir, apesar da pouca valorização da mão de obra local. Em outros casos, os novos “investidores” que estão construindo na região acabam por preferir técnicas de construção convencionais, descaracterizando o saber construtivo local.

Com esse intenso movimento turístico na região, por um lado vemos o ecoturismo promover o crescimento econômico para os municípios e motivar proteções ambientais. Contudo, por outro lado, observa-se uma lacuna com a falta de proteção do patrimônio cultural local. Paralelamente, a arquitetura vernacular pode trazer um movimento turístico também, dando origem a novos circuitos e difusão de saberes construtivos dentro da bioconstrução, estimulando um processo de valorização desse patrimônio. Por isso, ressaltamos a importância da conscientização e sensibilização das comunidades locais, dos turistas, arquitetos, engenheiros e construtores que estão atuando localmente sobre a importância da preservação e difusão

desse patrimônio construtivo.

Para fortalecer e difundir processos autônomos de bioconstrutores kalunga da região, apresentamos a seguir o trabalho do Carlos e do Marlon, naturais da região e que trazem o conhecimento ancestral da construção com terra aprendido com seus antepassados junto a conhecimentos contemporâneos que adquiriram.

Mapa das construções AVK



MAPA 04 - Construções Vernaculares Kalunga em Cavalcante, GO
Elaboração: Oliveira e Nascimento, 2022



LEGENDA:

- Construções AVK
- Construções / Carlos
- Construções / Marlon

O **Mapa das Construções** nos ajuda e identificar as construções cadastradas na Rede Sociotécnica, facilitando o acesso às mesmas.

Como os outros frutos do trabalho, também é um material colaborativo, onde você pode inserir alguma construção AVK que goste ou que tenha construído!

Acesse os pontos do mapa lendo o QR Code ou clicando no link abaixo:



<https://goo.gl/maps/zjhwARDFi9ogpUJt8>

O projeto Ciranda Viva Bioconstrução, conduzido pelo bioconstrutor kalunga Carlos Pereira, em Cavalcante, busca difundir os saberes construtivos kalunga entre os jovens da comunidade que querem se especializar nas técnicas e atuar no mercado de trabalho da construção civil. Outra iniciativa é a empresa MK, criada pelo bioconstrutor kalunga Marlon Santos, que fundou sua própria construtora e executa diversos projetos na Chapada dos Veadeiros.

Essas, e outras iniciativas difundem as técnicas vernaculares kalunga, como o adobe, a taipa de mão, as coberturas em palhas vegetais, entre outras, e incorporam novas técnicas de construção aos seus trabalhos com terra como o tijolo de solo-cimento, a taipa de pilão e o uso de tintas de terra. Dessa forma, percebemos os conhecimentos dos antigos se mesclando aos conhecimentos dos mais novos, a renovação e a manutenção da cultura e a preservação do patrimônio construtivo, material e imaterial se desenvolvendo como um organismo vivo e adaptável ao tempo.



figura 59



figura 60

Projetos como esse reforçam a importância do reconhecimento, valorização e proteção desse patrimônio e demonstram como a preservação de técnicas ancestrais pode impactar positivamente as comunidades locais e ainda o próprio mercado imobiliário, que contribui com o processo de difusão do saber Construtivo Kalunga, ao aproveitarem a alta demanda em curso por projetos de bioconstrução na Chapada.



figura 61

Rede Sociotécnica



Carlos Roberto Pereira

[Ciranda Viva Bioconstrução]

>> Bioconstrutor Kalunga

SERVIÇOS PRESTADOS:

- > Produção de tijolos de Adobe
- > Piso de Cimento queimado
- > Deck de madeira
- > Muros de tijolos de Adobe
- > Estrutura de telhado
- > Mosaicos de cerâmica (piso e parede)
- > Construção convencional (tijolo cerâmico)
- > Produção de tintas naturais (à base de terra)

TRABALHOS REALIZADOS:



CONTATO:

Telefone: **+55 62 99867-7528**

| Instagram: **@carlos_aroeira**





figura 64



figura 65



figura 66



figura 67



figura 68



figura 69



figura 70



figura 71



figura 72



figura 73

Rede Sociotécnica



Marlon Pereira dos Santos

[MK Construtora]

>> Bioconstrutor Kalunga

SERVIÇOS PRESTADOS:

- > Taipa de Pilão
- > Tijolos de Adobe
- > Pau apique
- > Cimento queimado
- > Deck de madeira
- > Muros de pedra
- > Estruturas de Eucalipto / Madeira
- > Construção convencional (tijolo cerâmico)

TRABALHOS REALIZADOS:



CONTATO:

Telefone: **+55 62 99909-7760** | Instagram: **@marloncvc123**



figura 74



figura 75



figura 76



figura 77



figura 78

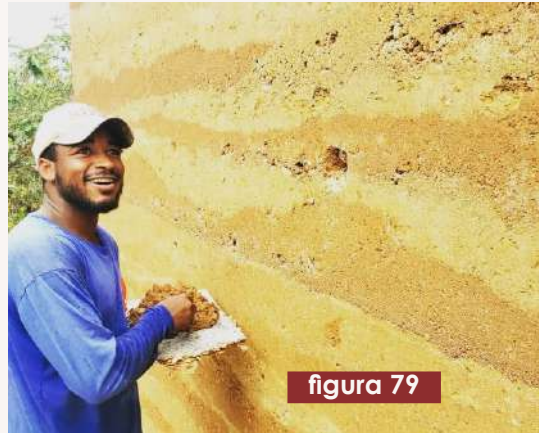


figura 79



figura 80



figura 81



figura 82



figura 83

capítulo 4

QUESTÕES EMERGENTES

Autores: Caio Damasceno, Andreia Prado, Angélica Silva e
Francisco Sousa e Luana Oliveira

4.1 DIAGNÓSTICO E PROBLEMÁTICAS

O território Kalunga e a Chapada dos Veadeiros nos últimos anos, e especialmente após a pandemia de Covid 2019, vem passando por diversos processos de reorganização e mudanças nas dinâmicas territoriais.

Em consonância com o compromisso social do Grupo Periférico neste Guia ao abordar a necessidade de

valorização e difusão das técnicas construtivas tradicionais/vernaculares Kalunga, salienta-se que esse tema levanta diversas discussões importantes de serem destacadas no campo da arquitetura e urbanismo e serão apresentadas nesta sessão.

No contexto da expansão urbana destaca-se a problemática da gentrificação



e a dinâmica da construção civil no município de Cavalcante, assim como em outros municípios da Chapada, o que incita a reflexão sobre o planejamento territorial e o plano diretor em revisão.

Dessa forma, pensar em patrimônio e preservação do SHPCK exige também reforçar a pauta de luta secular desta comunidade pelo seu território, registrando o longo processo de regularização fundiária pelo qual a comunidade passa nas últimas décadas, em busca da garantia do direito

à reprodução dos modos de vida Kalunga, suas técnicas e costumes.

E, por fim, problematizar o aspecto ambiental, coração da relação das técnicas construtivas vernaculares Kalunga com a arquitetura e urbanismo, onde os materiais e o extrativismo que sustentam a relação ecológica presente nesses modos de vidas sofrem impactos diante das dinâmicas da gentrificação e da construção civil, além das mudanças climáticas.



figura 84

4.2 CENÁRIO DA CONSTRUÇÃO CIVIL NA CHAPADA DOS VEADEIROS



figura 85

Por ser uma região muito procurada pelo turismo, devido ao bem estar promovido pelo contato com as paisagens únicas do Cerrado com sua grande diversidade de fauna e flora, vem se intensificando a venda de terrenos e a implantação de empreendimentos

para hospedagem em toda a região da Chapada dos Veadeiros, especialmente a partir da pandemia do coronavírus.

Sob essa ótica podemos relacionar turismo, urbanização e especulação imobiliária com as alterações em curso na dinâmica demográfica dos municípios

GENTRIFICAÇÃO

Gentrificação é o processo de transformação de áreas urbanas em bairros de maior valorização mercadológico, o que acarreta no encarecimento do custo de vida e tende a aprofundar a segregação social, onde os antigos moradores e a população de menor poder aquisitivo terminam por ser “empurrados” para as periferias da cidade. Tendência comum dos processos de urbanização modernos e reproduzidos em muitas cidades brasileiras.

da região, uma vez que a alta procura por pousadas, hospedagens, bares e restaurantes intensifica o processo de gentrificação, empurrando o crescimento desordenado da cidade para áreas cada vez mais próximas às zonas de preservação ambiental e pressionando os sistemas de abastecimento de água e hidrossanitário como o escoamento de águas pluviais e tratamento de esgoto.

O processo de gentrificação altera as estruturas sociais e habitacionais de um lugar e vem sendo discutida desde a década de 60, a princípio com enfoque em espaços urbanos degradados. A discussão pode ser ampliada para áreas rurais visto que essas mudanças elitizam esses espaços. As propriedades residenciais passam por renovações e as novas construções chegam para atender aos perfis dos novos moradores, substituindo a população local por pessoas vindas de outras cidades e com maior poder aquisitivo.

Dessa forma, quando zonas rurais passam a ser apropriadas pelo turismo como produto e modificadas com a criação de novos espaços, estruturas e incentivos para investimentos pela iniciativa privada, elas passam a ser “refuncionalizadas, urbanizadas, modernizadas, enobrecidas”, para se tornar atrativos para demanda e

de consumo (GALVÃO, 2017).

É muito comum que em cidades turísticas a atividade impulse também a especulação imobiliária e o consequente aumento no custo de vida, fazendo com que a população local seja obrigada a se deslocar para zonas periféricas da cidade.

Em Alto Paraíso e Cavalcante, moradores novos e antigos estão apostando nos aluguéis por temporada e na venda de terrenos irregulares, impulsionando desapropriações, aumento nos preços dos aluguéis e no custo de vida local, expulsando a população nativa para regiões cada vez mais distantes do centro da cidade e dos serviços, resultando em um processo de higienização social e turistificação do habitar. Dessa forma, o mercado imobiliário acompanha a demanda e o enobrecimento desses espaços passando a balizar as transações e a elevação dos preços. Esse inchaço populacional flutuante gera impactos no saneamento básico da região, sendo constantes a falta d'água nos períodos de alta temporada, especialmente na época da seca. Essa lotação provoca também grande produção de esgoto sendo que a maioria das casas ainda faz o descarte através de fossas sépticas com sumidouro, além de serem também frequentes os

apagões principalmente no período das chuvas.

Com o aumento dos preços dos aluguéis em Alto Paraíso, está crescendo o movimento de moradores que não conseguem acompanhar a alta dos preços e vê Cavalcante como opção mais barata para se viver. Assim, a gentrificação em Alto Paraíso impulsiona também a gentrificação em Cavalcante, em um cenário agravado pela pandemia com a crescente busca de moradias voltadas para o turismo e segunda residência.

Observa-se, assim, uma arquitetura como instrumento de gentrificação que valoriza o imóvel e o material construtivo intrínseco à uma cultura de investimento e a residência temporária, com ambições apenas econômicas, diferente da cultura de necessidade da moradia como nos povos Kalunga, que construíam com terra, palha e madeira por ser o que tinham no local, suprimindo a necessidade de residência, abrigo e permanência cultural.

Esse evento acarreta na perda e no enfraquecimento dos saberes populares com a introdução e incentivo ao uso de materiais industrializados e tecnologias importadas de outras regiões definidos pela premissa do "desenvolvimento", construções com características

estrangeiras perceptivelmente não adaptadas ao contexto local, ignorando os saberes e os modos de vida tradicionais. São as populações tradicionais, como os Kalungas que a partir do conhecimento do território e das técnicas vernaculares que garantem o verdadeiro valor arquitetônico das habitações, integradas ao contexto em que se inserem.

Na arquitetura vernacular Kalunga existe outras relações com a temporalidade das construções, onde o ritmo de trabalho e extração das matérias primas segue o ritmo dos ciclos da natureza, e a construção se aprimora de pai para filho, onde as técnicas possuem um valor para além do comercial, elas são heranças da ancestralidade e representantes da história desse lugar.

A arquitetura vernacular no SHPCK na Chapada dos Veadeiros é patrimônio material e imaterial, deve ser vista como uma herança que não pode ser apagada ou substituída. Portanto, se por um lado o turismo está promovendo o crescimento econômico para os municípios e motivando proteções ambientais, por outro observa-se uma lacuna com a falta de proteção do patrimônio cultural local. Paralelamente, a arquitetura vernacular

pode trazer um movimento turístico também, dando origem a novos circuitos e difusão de saberes construtivos dentro da bioconstrução com eficiência energética estimulando um processo de recuperação e valorização desse patrimônio.





2010

MAPA 05: Vista satélite de Alto Paraíso- GO em 2010.
Fonte: Google Earth, 2023.



2020

MAPA 06: Vista satélite de Alto Paraíso- GO em 2012.
Fonte: Google Earth, 2023.
Elaboração: Oliveira e Maboni 2022

O SHPCK e a Arquitetura Vernacular como patrimônio a ser preservado

Na perspectiva do planejamento territorial, a gentrificação e a especulação imobiliária em Cavalcante têm levado à expansão urbana avançando a partir do perímetro da cidade em direção a áreas sensíveis que deveriam ser preservadas. Ao mesmo tempo, observamos lotes vazios em meio às habitações, faltando o incentivo a essa ocupação. Esse fenômeno tem gerado um impacto negativo no meio ambiente, especialmente na parte oeste do município, onde se encontram diversos rios, nascentes e vegetação nativa do Cerrado que deveriam estar protegidos pelo Plano Diretor da cidade.

Inclusive, as novas construções no referido local não estão em conformidade, analisando a partir do ponto de vista ecológico, colocando em risco a diversidade hidrográfica do município, pois o desenho da cidade e seu planejamento de expansão deveriam ser adequados e sensíveis às águas e áreas verdes.

Dando continuidade a essa relação ambiental, Cavalcante mantém grande parte preservada devido à presença do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, da Área de Proteção Ambiental

de Pouso Alto e do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga (SHPCK), visto que os povos originários e quilombolas priorizavam a harmonia e integração com a natureza. Esse comprometimento histórico dos ancestrais tem sido de grande contribuição para a conservação desse patrimônio natural.

Na relação entre a ancestralidade, o cultural e o natural, consideramos que a prática da arquitetura vernacular apresentada neste guia, compõe o patrimônio material e imaterial dessa comunidade, tendo não apenas as casas construtivamente melhor adaptadas ao clima da região e com baixo impacto ambiental, mas também a reprodução das técnicas passadas de avô, para pais e netos. O modo de vida Kalunga demonstra pela sua resistência secular um alto grau de adaptação e integração ao meio ambiente.

Pensando em zelar pelas ricas relações existentes no município e frear as problemáticas apresentadas no capítulo, faz-se necessário o uso de boas e eficientes políticas públicas. Dito isso,

o Plano Diretor é uma lei municipal que conduz o modo de ocupação do solo a fim de garantir o desenvolvimento urbano do município de forma equilibrada e com a infraestrutura básica adequada à comunidade. Atualmente, Cavalcante é regido pelo Plano Diretor através da Lei nº 1071 de outubro de 2012, no entanto passará por uma revisão entre 2023 e 2024 para avaliar sua eficácia e atualizar as demandas conforme o necessário.

Nesse sentido, é essencial ressaltar a necessidade de uma análise minuciosa do município, considerando diversos aspectos abrangendo as dimensões da sustentabilidade social, ambiental, econômica e cultural. Isso se torna fundamental para promover um planejamento urbano mais próximo à construção de uma cidade e comunidade sustentável, em consonância com as necessidades da população local.

Portanto, isso envolve a participação ativa da comunidade na formulação do novo Plano Diretor, contendo em seu escopo um planejamento de expansão controlada próximo às áreas ambientais, respeitando limites e zonas de amortecimento, bem como a inclusão do território Kalunga em áreas de

proteção e o reconhecimento dos saberes culturais e construtivos da comunidade Kalunga, que auxiliam utilizando técnicas construtivas mais adequadas ao ambiente.

Outro ponto importante a mencionar, e que mostra a urgência em atualizar o Plano, é a frequência com que questões envolvendo a redução das áreas preservadas da Chapada transitam pelo Congresso Nacional, devido ao intermitente avanço do agronegócio com indústrias insustentáveis, elevando o desmatamento.

Seria importante que a legislação de proteção à cultura e ao patrimônio histórico e cultural se vinculasse à proteção ambiental e tivesse um rebatimento material no Plano Diretor e no ordenamento e proteção territorial, ambiental e cultural.

4.3 Direito ao Território e Regularização Fundiária

A garantia do direito à cultura e a preservação do SHPCK, assim como de toda história Kalunga repousam sobre a mesma base material que é o território. O direito à terra é o direito à vida e a liberdade (DIAS, 2019). A história da comunidade demonstra uma luta secular de todos os quilombolas pelo direito à liberdade e a reprodução dos seus modos de vida afrodiáspóricos. Sousa (2022) afirma que quilombo Kalunga não é apenas um lugar fixo ou material, é o lugar necessário, “para todas as horas”, que esteja disponível no momento de necessidade, se aproximando da “terra prometida” dos judeus. As famílias têm uma ligação visceral com a terra, ali reproduzem seus modos de ser e viver, preservando seus costumes e ancestralidades. Ali construíram suas moradias, fazem sucessivas manutenções e reformas, e de lá retiram o “sustento” através do manejo do solo que permite a conservação do meio ambiente e as investidas dos invasores. O SHPCK possui 237.000 hectares identificados no Estado de Goiás, dos

quais atualmente somente 24.532,25 hectares do território contam com títulos definitivos, de acordo com Dias (2019). O processo de regularização do território Kalunga enfrenta diversos desafios e um deles é a sua fragmentação através da distribuição de títulos em propriedades privadas, o que de acordo com os costumes e relações coletivas que o povo faz da terra promove uma fragmentação cultural e conflitos internos (DIAS, 2019). As fronteiras como limites para o uso individual não fazem parte da cultura de uso do solo dos povos tradicionais, e neste caso foram incitados pelo processo de titulação iniciado pela Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás (IDAGO) em 1991. Somada a morosidade e entraves que o racismo institucional fomenta na conclusão de desapropriações e indenizações para a desintrusão de terceiros do território quilombola promovida pelo INCRA, hoje o principal desafio é a titulação coletiva de todo o território e a manutenção frente às invasões por grileiros, mineradores, empreendimentos e fazendeiros, etc.



figura 86

De acordo com Sousa (2022), no SHPCK, o povo Kalunga desenvolveu um modo de vida particular, contrário a dominância funcional capitalista (HAESBAERT, 2010), em que “o uso da terra deve ser implantado em prol de todos que nela trabalham de forma respeitosa, retirando desta, apenas, o necessário para a sua sobrevivência, não se importando com o acúmulo de riquezas, nem com títulos de propriedades” (DIAS, 2019, p.51). Muitos povos e comunidades tradicionais do Brasil e da América Latina identificam essa forma de se relacionar com a natureza como “Bem Viver”. A vida plena dos povos tradicionais indígenas se dá através de relações comunitárias intermediadas pelo ritmo e pelos elementos construtivos disponíveis na natureza, onde as comunidades buscam as matérias primas, realizam o extrativismo respeitando a capacidade de reprodução das espécies animais e vegetais, os ciclos de plantio e colheita. Não fosse esse modo alternativo de vida que identifica a comunidade, provavelmente não seria encontrado nos limites do território Kalunga uma das áreas de cerrado nativo mais conservado do país, de solo riquíssimo em minérios e de elevada taxa de nascentes por quilômetro quadrado. Existem ali técnicas de cultivo desenvolvidas ao longo dos anos,

originadas de conhecimentos empíricos adquiridos pelos quilombolas através do trabalho nas roças (SOUSA, 2022). Há por ser registrado uma gama de conhecimentos específicos sobre plantas medicinais compondo “saberes culturais, tradições herdadas de antepassados, que foram transferidos de geração em geração, e que hoje são parte de tudo que nos define como povos” (DIAS, 2019). Esse patrimônio ambiental e cultural já foi reconhecido pela Convenção da Diversidade Biológica (CDB, 1992), dispoendo sobre a conservação da biodiversidade, regulamentada no Brasil pela Lei 13.123 de 2015. E não é só a CDB que respalda o território (SOUSA, 2022; DIAS, 2019). Mais recentemente, o SHPCK foi reconhecido oficialmente como um TICCA (Territórios Indígenas e Áreas Conservadas por Comunidades Locais) por um registro internacional que é hospedado pelo Centro Mundial de Monitoramento da Conservação (CMMC) do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Essa internacionalização tem impactos na forma com que os conflitos locais se desenrolam. A regularização fundiária é prioridade entre os povos quilombolas e a comunidade Kalunga não foge à regra. Isso porque, como foi, a terra provê vida de diversas maneiras. A ausência

de reconhecimento legal - motivada pela morosidade ou ignorância ativa, relembrando Goethe, do poder público constitui porta aberta para conflitos e negam o acesso pleno às políticas públicas criando barreiras para a reprodução física, social, econômica e cultural (SOUSA, 2022; BAIOCCHI, 1999; DIAS, 2019; HAESBAERT, 2010; GEORGE, 1976).

A ideia de vida plena dos povos tradicionais se dá através de relações comunitárias intermediadas pelo ritmo e pelos elementos construtivos disponíveis na natureza, onde as comunidades buscam as matérias primas, realizam o extrativismo, respeitando a capacidade de reprodução das espécies animais e vegetais, os ciclos de plantio e colheita. A Perspectiva do “Bem Viver” se opõe ao desenvolvimentismo e a apropriação do território apenas como valor econômico e base para a extração de recursos naturais, desprovido de valor simbólico. O caráter múltiplo do território se fortalece enquanto potencialidade de constituição coletiva de outras formas de vida, onde o Bem Viver se apresenta como uma alternativa ao desenvolvimento capitalista. Portanto, para os povos e comunidades tradicionais não se trata de um conceito a ser adotado, desde que se trata de uma realidade vivida a partir da

SOBRE O BEM VIVER

O Bem Viver é um processo em construção e reconstrução que encerra processos histórico- sociais de povos permanentemente marginalizados. Esta proposta reivindica o passado e o presente dos povos e nacionalidades indígenas, sustentado no princípio de continuidade histórica. (BENITES; GALACHE; COSTA, 2016, p. 73)

As expressões mais conhecidas são o Sumak Kawsay em kichwa, e o suma qamaña em aymara, que em tradução se aproximam do belo e do bom em relação a vida, e da plenitude, do sublime ao viver e conviver. Portanto o Bem-Viver é a capacidade dos povos viverem harmonicamente uns com os outros e com a natureza, em um processo de não exploração, garantindo a continuidade da natureza em equilíbrio para as próximas gerações.

integração dos costumes ancestrais aos elementos da natureza e da geografia local, em harmonia plena. A complexidade dos territórios quilombolas apresenta a dupla conotação de território: material e a simbólica do território, enquanto instâncias coexistentes (HASESBAERT, 2004). A perspectiva material traz os aspectos geográficos, morfológicos e ambientais; sócio-políticos e econômicos que conformam a organização espacial. Na perspectiva simbólica traz elementos que relacionam sua materialidade a partir da perspectiva de apreensão cultural, observada nas expressões religiosas, culturais, comunitárias, etc. (OLIVEIRA, 2019) Não fosse esse modo alternativo de vida que identifica a comunidade, provavelmente não encontraríamos nos limites do território Kalunga uma das áreas de cerrado nativo mais conservado do país, de solo riquíssimo em minérios e de elevada taxa de nascentes por quilômetro quadrado. Existem ali técnicas de cultivo desenvolvidas ao longo dos anos, originadas de conhecimentos empíricos adquiridos pelos quilombolas através do trabalho nas roças (SOUSA, 2022). Há por ser registrado uma gama de conhecimentos específicos sobre plantas medicinais compondo "saberes culturais,

tradições herdadas de antepassados, que foram transferidos de geração em geração, e que hoje são parte de tudo que nos define como povos” (DIAS, 2019). Esse patrimônio ambiental e cultural já foi reconhecido pela Convenção da Diversidade Biológica (CDB, 1992), dispendo sobre a conservação da biodiversidade, regulamentada no Brasil pela Lei 13.123 de 2015. E não é só a CDB que respalda o território (SOUSA, 2022; DIAS, 2019). Mais recentemente, o SHPCK foi

reconhecido oficialmente como um TICCA (Territórios Indígenas e Áreas Conservadas por Comunidades Locais) por um registro internacional que é hospedado pelo Centro Mundial de Monitoramento da Conservação (CMMC) do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).



figura 87

4.4 IMPACTOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO TERRITÓRIO

Outra questão emergente na Comunidade Kalunga é o impacto que a mesma tem sofrido com as mudanças climáticas. Nos últimos anos, os moradores mais antigos reclamam que no período de seca, as águas dos rios diminuem consideravelmente, a ponto de terem que procurar por água em residências vizinhas, e ao mesmo tempo, observam que em períodos chuvosos, ocorrem enchentes e alagamentos, fazendo o rio transbordar dificultando o acesso à comunidade, além de comprometer a qualidade da água potável.

A região da Chapada dos Veadeiros tem sofrido as consequências em seu ambiente natural, pela intensificação das queimadas (MORIYAMA, 2020), comprometendo o equilíbrio do ecossistema local. A degradação do meio ambiente afeta diretamente o ciclo da água na natureza, promovendo a redução do nível de água dos rios, secando nascentes e o aumento da emissão de gases poluentes causadores do efeito estufa, o qual impacta no aquecimento global e no equilíbrio do ecossistema.

O Relatório Especial do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2018) indica diversas mudanças regionais no clima, tais como temperaturas extremas, aumentos na frequência, intensidade e/ou quantidade de chuva intensa, e um aumento da intensidade ou frequência de secas em diversas regiões, caso o aquecimento global não seja controlado. E no Sexto Relatório de Avaliação das Mudanças Climáticas (IPCC, 2022), os pesquisadores indicam que para o planeta ter chance de limitar o aumento da temperatura do globo terrestre, as emissões de gases do efeito estufa precisam parar de crescer em 2025 e reduzir até 2030.

As comunidades tradicionais, principalmente as que vivem na zona rural, têm sentido esses impactos nos últimos 30 anos. Mais recentemente, em dezembro de 2021, a comunidade kalunga sofreu com as cheias dos rios e pontos de alagamento nas estradas (figura 90), o que provocou o isolamento de diversas famílias, as quais não conseguiam ter acesso à zona urbana. Algumas casas foram levadas pelas águas

das enchentes ou ficaram com a estrutura abalada (figura 91), comprometendo as condições de habitabilidade.

A ponte que passa pelo Rio Almas (também conhecido como Rio Branco), o qual dá acesso ao Vão de Almas, sofreu avarias, tendo o aterro destruído pela força das águas (figura 91). Embora tenha sido reformada e o aterro refeito, em dezembro de 2022, a ponte novamente sofreu com o volume das chuvas (figura 89).

Pesquisas indicam que as mudanças climáticas são fruto do aquecimento global, o qual interfere no ciclo da água e propicia instabilidade nos recursos hídricos, causando impactos econômicos, sociais e ambientais. De acordo com Cunha (2018), essa instabilidade afeta o ciclo de segurança alimentar tradicional nas comunidades quilombolas, as quais possuem um calendário de manejo das roças que depende da chuva e da estiagem para preparar a terra, plantar e colher.

De acordo com Almeida (2016), as populações tradicionais do cerrado possuem uma estreita relação com a natureza, no desenvolvimento do conhecimento sobre as propriedades medicinais das plantas nativas, no cultivo dos quintais, na preservação da sociobiodiversidade das sementes crioulas

e na sua cultura alimentar.

O conhecimento aprofundado sobre a dinâmica do clima, dos ciclos das plantas nativas, do manejo do solo do cerrado e da preservação das nascentes de água não é percebido pelos moradores tradicionais apenas como uma questão de preservação da natureza ou de soberania alimentar, pois para eles os rios que circundam o povoado, os quintais e o cerrado nativo fazem parte do seu sistema cultural e modo de vida, e nesse sentido, proteger a natureza significa proteger as próprias características do povo (KUWAE, 2020).



figura 88



figura 89



figura 90



figura 91



figura 92



figura 93

capítulo 5

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E PESQUISA

Autores: Caio Damasceno e Liza Andrade

5.1 QUEM SOMOS?



Somos o Grupo de Pesquisa e Extensão “Periférico: trabalhos emergentes”, registrado no CNPQ e temos atuado em diversos territórios do DF através do desenvolvimento de pesquisas sobre temas periféricos e marginalizados no âmbito do sistema acadêmico, relacionados à produção do espaço no campo e na cidade (Reforma Urbana e Reforma Agrária), integrados no formato de “pesquisa-ação” por meio de metodologias ativas e mobilização social com uma visão “transdisciplinar” e “transescalar”, abrangendo movimentos populares, comunidades da periferia,

entidades ambientalistas bem como comunidades camponesas e tradicionais.

A proposta do projeto Arquitetura Vernacular Kalunga surge como um broto de pesquisas e projetos já em andamento na região de Cavalcante e do território Kalunga: o Corredor Cultural (2016-2018) e o Sentido Kalunga (2016-2018), ambos desenvolvidos em projetos finais de graduação no curso de Arquitetura e Urbanismo da UnB, além do Ciranda Viva, criado pelo jovem kalunga e bioconstrutor Carlos Pereira, e dos trabalhos e apoio do bioconstrutor Marlon Santos, outro mestre Kalunga da bioconstrução.



figura 94



figura 95

Pretende-se também articular uma rede das ações colaborativas existentes no território e produzir material teórico de apoio/consulta com base em pesquisas e projetos universitários correlatos, além de difundir o conhecimento técnico construtivo Kalunga e contribuir para a sua preservação, tanto na comunidade local, quanto no meio acadêmico e na produção arquitetônica/construção civil.



figura 96



figura 97

5.2 Coordenação



Liza Maria Souza de Andrade

Profª Drª da FAU/UnB, líder do Grupo de Pesquisa e Extensão “Periférico: trabalhos emergentes” e vice-líder do Grupo de Pesquisa Água e Ambiente Construído. Vice-coordenadora do Núcleo de Política, Ciência, Tecnologia e Sociedade NPCTS/CEAM/UnB e membro do BrCidades DF, ONDAS



Caio Monteiro Damasceno

Arquiteto e Urbanista formado pela FAU/UnB. Pós-graduando na especialização Lato Sensu “Reabilita 11 - Reabilitação Ambiental Sustentável Arquitetônica e Urbanística”, integrante do Grupo de Pesquisa e Extensão “Periférico: trabalhos emergentes” e coordenador adjunto do projeto AVK.



Luana Figueiredo de Carvalho Oliveira

Arquiteta especialista em Habitação e Direito a Cidade pela Residência Profissional da UFBA (RAU+E). Mestre pelo PPGAU/UFBA. Doutoranda pelo PPG-FAU UNB. Pesquisadora do grupo Etnicidades, com foco em território e políticas habitacionais para comunidades tradicionais, quilombolas e rurais. Trabalha com projetos participativos de assistência técnica e assessoria popular, para a prefeitura de Salvador.



Talita Xavier Maboni

Arquiteta e Urbanista formada pela FAU/UnB. Pós-Graduada na especialização Lato Sensu “Reabilita 10 - Reabilitação Ambiental Sustentável Arquitetônica e Urbanística”, integrante do Grupo de Pesquisa e Extensão “Periférico: trabalhos emergentes” e coordenadora adjunta do projeto AVK.



Valmor Cerqueira Pazos

Mestrando em Desenv. Profissional e Educação, Pós-Graduado em Informática em Educação pela UFLA, Licenciado em Informática e Bacharel em Ciência da Computação pelo CEUB/Brasília. Técnico Admin. e Coord. de ações de interatividade na pós-graduação Reabilita - FAU/UnB, Coord. de Inovações Tecnológicas e prof. do Centro de Educação Profissional Escola Técnica

Estudantes

Angélica Azevedo e Silva

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela FAU/UnB, com foco em urbanismo tático, sustentabilidade, bioconstrução e assessoria técnica. Pesquisadora das dimensões da Sustentabilidade Urbana no município de cavalcante-Go, como contribuição para o Plano Diretor. Integrante do CASAS/EMAU da FAU/UnB DESDE 2018 e do Grupo de Pesquisa e Extensão Periférico desde 2022.



Laila Beatriz de Almeida

Graduada em Artes Plásticas e atualmente graduanda em Arquitetura e Urbanismo, ambos pela Universidade de Brasília. Possui interesse de pesquisa em Agroecologia e Bioconstrução.



Lara Moro Boasserts

Arquiteta e Urbanista formada pela FAU/UnB.



Luna Catrina Pontes Nascimento

Graduada em Arquitetura e Urbanismo na FAU-Unb. Pesquisadora de conforto térmico em microclimas urbanos, saberes vernaculares e técnicas bioclimáticas. Foi integrante da Empresa Junior Concreta da UnB e do grupo de pesquisa SICAC (Simulação Computacional no Ambiente Construído). Integrante do Grupo de Pesquisa e Extensão "Periférico: trabalhos emergentes"



Mileny Mendes dos Santos

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela FAU/UnB. Integrante do grupo Periférico desde 2023. Possui interesse em Urbanismo social, bioconstrução, sustentabilidade e patrimônio.





Tainá Brederode Sihler Rossi

Arte Educadora pela Faculdade Dulcina de Moraes, graduanda da FAU/UnB e Integrante do Grupo de Pesquisa e Extensão Periférico: trabalhos emergentes. Pesquisadora de Desenho Urbano Acessível às Crianças, com interesse em criar projetos acessíveis, diversos e interessantes.



Carlos Pereira

Quilombola kalunga, Bioconstrutor, Artista e presidente da Associação Quilombola Kalunga (AQK)

Colaboradores



Alcileia Torres

Jovem Quilombola Kalunga, poetisa, escritora, produtora e colaborada da Rede Kalunga Comunicações.



Andreia Alves do Prado

Arquiteta e Urbanista pela FAU/PUC-GO e mestre em Construção Civil pela UFG. Pós-graduanda na especialização Lato Sensu "Reabilita 11 - Reabilitação Ambiental Sustentável Arquitetônica e Urbanística". Integrante do Grupo "Periférico: trabalhos emergentes" - UnB e "Quilombos Sustentáveis em Rede" - IFG. Docente do IFG – Campus Uruaçu.



Francisco Octávio Bittencourt de Sousa

Mestrando em Desenvolvimento Sustentável no CDS/UNB. Bacharel em Antropologia e Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília. Pesquisador e assessor de temas ambientais e agrários vinculado à AQK.



Jéssica Azevedo Coelho

Tecnóloga em Construção de Edifícios formada pelo IFG, Bacharel em Engenharia Civil pela EEC/PUC-GO. Mestranda em Arquitetura pela UNB. Docente efetiva do IFG – Câmpus Uruaçu. Coordenadora do Projeto de Extensão Quilombos Sustentáveis em Rede do IFG

Colaboradores

Lívia Barros Wiesinieski

Doutoranda do PPGFAU/UnB. Desenvolve pesquisa “Tecnologia Social como ferramenta inovadora para trabalhar a complexidade do turismo em espaços urbanos”. Mestre em Turismo pelo CET/UnB e bacharel em turismo (UFOP). Professora Assistente do bacharelado em Turismo da UnB.



Luiz Felipe Machado

Arquiteto e Urbanista formado pela FAU/UnB, prof. da Escola da Cidade/SP



Marlon Pereira dos Santos

Quilombola Kalunga e Bioconstrutor



Nadia Wyara Pazos

Enfermeira pela UNILS, professora de educação infantil, atuou como apoio técnico operacional durante as atividades de pesquisa do Grupo Periférico.



Valmor Pazos Filho

Engenheiro Civil pelo Centro Universitário Planalto do Distrito Federal, Técnico em Informática pela Escola Técnica de Brasília, Residente da Residência CTS - FAU/UNB, fotógrafo/piloto de dron e pesquisador do Grupo Periférico.



5.3 REDE SOCIOTÉCNICA

A Rede Sociotécnica

é uma plataforma colaborativa para documentar e divulgar os bioconstrutores da comunidade Kalunga e local.

Criamos um formulário online onde você também pode se inscrever e compartilhar o seu trabalho na rede!

saiba mais lendo o QR Code:



Rede Sociotécnica: Bioconstrutores da Chapada dos Veadeiros

Ficha de inscrição para participar da Rede. Ela estará disponível online para que mais pessoas possam ter acesso ao seu contato e conhecer melhor o seu trabalho!

 calo.m.damasceno@gmail.com (não compartilhado) 

[Alternar conta](#)

Qual o seu nome?

Sua resposta

Qual a sua idade?

Sua resposta

Você nasceu na Chapada dos Veadeiros?



figura 98



5.4 SITE AVK

Nosso endereço na web:

<https://periferico6.wixsite.com/arqvernacularkalunga>

Bem-vinde ao Projeto Arquitetura Vernacular Kalunga e Saberes Locais da Chapada dos Veadeiros

Somos o Grupo de Pesquisa e Extensão Periférico, registrado no CNPq tem atuado em vários territórios do DF com o desenvolvimento de pesquisas sobre temas periféricos e marginalizados no âmbito do sistema acadêmica relacionados à produção do espaço no campo e na cidade (Reforma Urbana e a Reforma Agrária), integrados no formato de "pesquisação" por meio de metodologias ativas e mobilização social com uma visão "transdisciplinar" e "transescala", abrangendo movimentos populares, comunidades da periferia, entidades ambientalistas bem como comunidades camponesas e tradicionais.

Projeto Arquitetura Vernacular Kalunga e Saberes Locais da Chapada dos Veadeiros

[Início](#) / [Quem Somos](#) / [Rede Sociotécnica de AVK](#) / [Contexto Local](#) / [Atividades](#) / [Cartilha](#) / [Outs de AVK](#) / [Galeria](#) / [Referências Textuais](#)



O **Site do Projeto AVK** foi criado para facilitar o acesso às nossas atividades, objetivos e parceiros, além da comunicação online.

Temos abas sobre o grupo e mais informações relevantes ao nosso projeto e pesquisa!

saiba mais lendo o QR Code:



5.5 SEMENTES PLANTADAS

Ao longo da pesquisa, foi possível plantar encaminhamentos para que a mesma tenha seqüência, se adequando cada vez mais à realidade local. É importante investigar as ferramentas de comunicação que podem facilitar o entendimento dos termos técnicos da Arquitetura Vernacular Kalunga. Apesar de ser um exemplo de arquitetura popular, possui muitas vantagens técnicas ligadas a: conforto térmico, identificabilidade e afetividade arquitetônica, simbolismo, alto desempenho bioclimático, alto valor patrimonial histórico e cultural, arquitetura sustentável, bioconstrução, entre outros.

Houve um estímulo ao processo participativo da comunidade, criando senso de vizinhança através de acordos coletivos sobre a preservação do patrimônio histórico e cultural, como uma forma de proteção das riquezas do território Kalunga. Isso pode ser aprofundado com o uso de tecnologias sociais que possibilitam maior acessibilidade sobre as metodologias participativas e seu impacto na coletividade.

Entre as diversas sementes do projeto, a mais enraizada nutre o entendimento de ocupação e uso do

espaço vinculados ao ritmo da natureza, à sazonalidade das estações e aos impactos que a mesma traz na ocupação do território e na vida da comunidade que o ocupa.



figura 104



figura 105



figura 106



figura 107



figura 108

capítulo 6

**CONSIDERAÇÕES
FINAIS**

Autores: Caio Damasceno e Liza Andrade

6.1 CONCLUSÃO

Para a produção do Guia é importante salientar que, apesar do entendimento da importância do tema e boa aceitação da sociedade civil, bem como a abertura por parte da Administração Pública para projetos do Pólo UnB Kalunga, ainda é preciso criar possibilidades para um maior alcance na comunidade, de forma prática.

Entre os principais desafios do projeto de pesquisa que resultou neste Guia, pode-se evidenciar uma grande demanda por capacitação acerca dos temas, tanto da equipe de pesquisa (em relação a termos locais) quanto da comunidade Kalunga (em relação a termos técnicos). É imprescindível que o diálogo dos temas abordados nos capítulos anteriores alcance as demais comunidades e povoados, criando canais de conexão e troca de informações, para pensar ações que tragam valorização efetiva da Arquitetura Vernacular Kalunga. Por outro lado, a parceria com o líder da Associação Quilombo Kalunga - AQK - Carlos Pereira, um dos organizadores deste guia, gerou oportunidade de dar continuidade a novas pesquisas sobre Arquitetura Vernacular Kalunga no projeto de Mestrado

Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (MESPT) da Universidade de Brasília em 2023.

Do ponto de vista socioeconômico, a valorização dos saberes tradicionais ainda precisa ser trabalhada pela comunidade local e também por visitantes/turistas. Já é perceptível o crescimento das oportunidades de trabalho e da aplicação das técnicas Kalunga, à medida que mais interessados pelo tema surgem no mercado da construção civil da Chapada dos Veadeiros. No entanto, ainda é preciso articular a proteção patrimonial desse conhecimento e sua aplicação em melhores condições trabalhistas para os bioconstrutores Kalunga da região.

Sobre a ocupação do território, deve-se atentar a um esforço na gestão democrática da cidade, suprimindo a necessidade da participação popular na elaboração, implementação e acompanhamento dos projetos/processos do desenvolvimento urbano e sociocultural. É importante observar que deve ser garantida a possibilidade real de participação de grupos sociais historicamente excluídos, através de ferramentas de diálogo e interação,

de forma a dar voz à diversidade de agentes sociais no processo de tomada de decisão sobre políticas públicas. Pensar o desenvolvimento sustentável das

cidades e da cultura de uma determinada comunidade perpassa a colaboração dos diversos atores e produtores do espaço.



figura 109

LISTA DE FIGURAS

Figura 01- Cajuzinho do cerrado

fonte: Alciléia Torres, 2022

nº da página: 07

Figura 02 - Produção de tijolos de adobe - Carlos Pereira e Ciranda Viva

fonte: Caio M. Damasceno, 2022

nº da página: 10

Figura 03 - Casa com Ranchão nos fundos

fonte: Caio M. Damasceno, 2021

nº da página: 11

Figura 04 - Barraca montada para época de festejo - Vão do Moleque

fonte: Caio M. Damasceno, 2022

nº da página: 13

Figura 05 - Antigo baracao na comunidade engenho II

fonte: Talita X. Maboni, 2017

nº da página: 14

Figura 06 - Oficina de Tijolos de Adobe, na SEMUNI da UnB

fonte: Caio M. Damasceno, 2022

nº da página: 20

Figura 07 - Roda de Conversa sobre a Rede Sociotécnica

fonte: Caio M. Damasceno, 2022

nº da página: 20

Figura 08 - Grupo Periférico durante desenvolvimento do projeto, em Cavalcante/GO

fonte: Valmor C. Pazos, 2021

nº da página: 20

Figura 09 - Grupo Periférico durante desenvolvimento do projeto, em Cavalcante/GO

fonte: banco de imagens do Projeto, 2021

nº da página: 20

Figura 10 - Roda de Conversa - Câmara Municipal de Cavalcante/GO

fonte: banco de imagens do Projeto, 2021

nº da página: 23

Figura 11 - Roda de Conversa - Câmara Municipal de Cavalcante/GO
fonte: Banco de imagens do Projeto, 2021
nº da página: 23

Figura 12 - Oficina de Tijolos de Adobe na SEMUNI da UnB
fonte: Caio M. Damasceno, 2022
nº da página: 23

Figura 13 - Oficina de Tijolos de Adobe na SEMUNI da UnB
fonte: Caio M. Damasceno, 2022
nº da página: 23

Figura 14 - Roda de Conversa sobre a Rede Sociotécnica
fonte: Caio M. Damasceno, 2022
nº da página: 23

Figura 15 - Roda de Conversa sobre a Rede Sociotécnica
fonte: Caio M. Damasceno, 2022
nº da página: 23

Figura 16 - Oficina no V Encontro de Pesquisas, Saberes e Fazeres Kalunga
fonte: Banco de imagens do Projeto, 2022
nº da página: 23

Figura 17 - Oficina no V Encontro de Pesquisas, Saberes e Fazeres Kalunga
fonte: Banco de imagens do Projeto, 2022
nº da página: 23

Figura 18 - V Encontro de Pesquisas, Saberes e Fazeres Kalunga
fonte: Valmor C. Pazos, 2022
nº da página: 24

Figura 19 - V Encontro de Pesquisas, Saberes e Fazeres Kalunga
fonte: Banco de imagens do Projeto, 2022
nº da página: 24

Figura 20 - V Encontro de Pesquisas, Saberes e Fazeres Kalunga
fonte: Caio M. Damasceno, 2022
nº da página: 24

Figura 21- - V Encontro de Pesquisas, Saberes e Fazeres Kalunga
fonte: Liza M. S. Andrade, 2022
nº da página: 24

Figura 22- V Encontro de Pesquisas, Saberes e Fazeres Kalunga
fonte: Caio M. Damasceno, 2022
nº da página: 24

Figura 23 - V Encontro de Pesquisas, Saberes e Fazeres Kalunga
fonte: Caio M. Damasceno, 2022
nº da página: 24

Figura 24 - Aula sobre tijolos de adobe com Carlos Pereira e Ciranda Viva - SEMUNI/UnB
fonte: Caio M. Damasceno, 2022
nº da página: 25

Figura 25 - Oficina de Tijolos de Adobe - SEMUNI/UnB
fonte: Caio M. Damasceno, 2022
nº da página: 25

Figura 26 - Roda de Conversa - Câmara Municipal de Cavalcante/GO
fonte: Banco de imagens do Projeto, 2021
nº da página: 25

Figura 27 - Vista Aérea comunidade Engenho II
fonte: Valmor Pazos Filho, 2021
nº da página: 28

Figura 28 - Capela do Vão do Moleque
fonte: Caio M. Damasceno, 2022
nº da página: 33-34

Figura 29 - Vista Aérea comunidade Engenho II
fonte: Valmor Pazos Filho, 2021
nº da página: 34

Figura 30 - Cruzeiro e mastros com bandeiras dos santos - romaria do Vão do Moleque
fonte: Caio M. Damasceno, 2022
nº da página: 36

Figura 31 - Vista Aérea comunidade Engenho II
fonte: Valmor Pazos Filho, 2021
nº da página: 37

Figura 32 - Vista Aérea comunidade Engenho II
fonte: Valmor Pazos Filho, 2021
nº da página: 37

Figura 33 - Travessia no Vão de Almas
fonte: Jéssica A. Coelho, 2022
nº da página: 39

Figura 34 - Mirante da Nova Aurora, imagem feita com Drone
fonte: Valmor Pazos Filho, 2021
nº da página: 42-43

Figura 35 - Vista panorâmica do Vão de Almas
fonte: Jéssica A. Coelho, 2022
nº da página: 44-45

Figura 36 - Rio Almas
fonte: Jéssica A. Coelho, 2022
nº da página: 44-45

Figura 37- Travessia no Vão de Almas
fonte: Jéssica A. Coelho, 2022
nº da página: 47

Figura 38- Vista panorâmica do Vão de Almas
fonte: Jéssica A. Coelho, 2022
nº da página: 48-49

Figura 39 - Barracão comunitário para encontros e celebrações
fonte: Caio M. Damasceno, 2022
nº da página: 51

Figura 40 - Interior da Capela do Vão do Moleque com decoração para a Romaria
fonte: Caio M. Damasceno, 2022
nº da página: 52

Figura 41 - Momento das 'oito horas', parte da procissão da romaria do Vão do Moleque
fonte: Caio M. Damasceno, 2022
nº da página: 53

Figura 42 - Momento das 'oito horas', parte da procissão da romaria do Vão do Moleque
fonte: Caio M. Damasceno, 2022
nº da página: 55

Figura 43 - Campeonato de futebol na comunidade Engenho II
fonte: Caio M. Damasceno, 2021
nº da página: 56

Figura 44 - Comida Kalunga
fonte: Liza M. S. Andrade, 2018
nº da página: 56

Figura 45 - Cozinha Kalunga
fonte: Liza M. S. Andrade, 2018
nº da página:

Figura 46 - Apresentação de Sussa na celebração do Dia da Consciência Negra
fonte: Caio M. Damasceno, 2021
nº da página: 57

Figura 47 - Casa do bioconstrutor Kalunga Carlos Pereira
fonte: Caio M. Damasceno, 2020
nº da página: 58

Figura 48 - Parede em pau apique
fonte: Talita X. Maboni, 2019
nº da página: 60

Figura 49 - Paredes com fechamento em palha ("enxumento")
fonte: Talita X. Maboni, 2019
nº da página: 61

Figura 50 - Residência kalunga no Vão de Almas
fonte: Jéssica A. Coelho, 2022
nº da página: 63

Figura 51 - Residência Kalunga construída com ripas
fonte: Talita X. Maboni, 2019
nº da página: 64

Figura 52 - Casa Sra Neuza Kalunga - Vão de Almas
fonte: Jéssica A. Coelho, 2022
nº da página: 68

Figura 53 - Casa Sra Neuza Kalunga - Vão de Almas
fonte: Jéssica A. Coelho, 2022
nº da página: 70

Figura 54 - Casa Sra. Dirani Kalunga - Vão de Almas
fonte: Jéssica A. Coelho, 2022
nº da página: 73

Figura 55 - Casa Kalunga com adobe
fonte: Talita X. Maboni, 2017
nº da página: 74-75

Figura 56 - Seu João durante entrevista
fonte: Alcileia Torres, 2022
nº da página: 78

Figura 57 - Dona Dirani durante entrevista
fonte: Alcileia Torres, 2022
nº da página: 80

Figura 58 - Construção Kalunga
fonte: banco de imagens do Projeto, 2022
nº da página: 82

Figura 59 - Residência construída em adobe
fonte: Caio M. Damasceno, 2021
nº da página: 86

Figura 60 - Produção de tijolo ecológico pela equipe Ciranda Viva
fonte: Carlos P. Kalunga, 2019
nº da página: 87

Figura 61 - produção de tijolo ecológico pela equipe Ciranda Viva
fonte: Carlos P. Kalunga, 2019
nº da página: 87

Figura 62 - Residência construída em adobe
fonte: Carlos P. Kalunga, 2021
nº da página: 88

Figura 63 - Residência construída em adobe
fonte: Carlos P. Kalunga, 2021
nº da página: 88

Figura 64 - muro de adobe
fonte: Carlos P. Kalunga, 2021
nº da página: 89

Figura 65 - equipe em preparação do barro
fonte: Carlos P. Kalunga, 2021
nº da página: 89

Figura 66 - muro de adobe
fonte: Carlos P. Kalunga, 2021
nº da página: 89

Figura 67 - Bioconstrutor Carlos P. Kalunga
fonte: Carlos P. Kalunga, 2021
nº da página: 89

Figura 68 - Residência construída em adobe por Carlos Pereira
fonte: Carlos P. Kalunga, 2021
nº da página: 89

Figura 69 - Residência construída em adobe por Carlos Pereira
fonte: Carlos P. Kalunga, 2021
nº da página: 90

Figura 70 - produção de tijolo ecológico pela equipe Ciranda Viva
fonte: Carlos P. Kalunga, 2019
nº da página: 90

Figura 71 - Residência construída em adobe
fonte: Carlos P. Kalunga, 2021
nº da página: 91

Figura 72 - Residência construída em adobe
fonte: Carlos P. Kalunga, 2021
nº da página: 91

Figura 73 - Residência construída em adobe
fonte: Carlos P. Kalunga, 2021
nº da página: 91

Figura 74 - parede de taipa de pilão
fonte: Marlon P. Santos, 2022
nº da página: 92

Figura 75 - parede de taipa de pilão
fonte: Marlon P. Santos, 2022
nº da página: 92

Figura 76 - Residência construída em adobe
fonte: Marlon P. Santos, 2022
nº da página: 93

Figura 77 - Residência construída em adobe
fonte: Marlon P. Santos, 2022
nº da página: 93

Figura 78 - Residência construída em adobe
fonte: Marlon P. Santos, 2022
nº da página: 93

Figura 79 - parede de taipa de pilão e bioconstrutor Marlon Pereira dos Santos
fonte: Marlon P. Santos, 2022
nº da página: 93

Figura 80 - Residência construída em adobe
fonte: Marlon P. Santos, 2022
nº da página: 93

Figura 81 - parede de adobe
fonte: Marlon P. Santos, 2022
nº da página: 94

Figura 82 - parede de adobe
fonte: Marlon P. Santos, 2022
nº da página: 94

Figura 83 - Residência construída em adobe
fonte: Marlon P. Santos, 2022
nº da página: 94

Figura 84 - Rio Vão de Almas
fonte: Caio M. Damasceno, 2021
nº da página: 96-97

Figura 85 - Área urbana de Cavalcante/GO
fonte: Valmor Pazos Filho, 2021
nº da página: 98

Figura 86 - Vista de construção Kalunga
fonte: Jéssica A. Coelho, 2022
nº da página: 107

Figura 87 - Travessia no Vão de Almas
fonte: Jéssica A. Coelho, 2022
nº da página: 111

Figura 88 - Estrada vicinal no Vão de Almas
fonte: Andreia A. Prado, 2022
nº da página: 114

Figura 89 - Aterro avariado em ponte no rio Almas
fonte: Jéssica A. Coelho, 2022
nº da página: 115

Figura 90 - Estrada para Engenho 2 com erosão após período chuvoso
fonte: Rede Kalunga de Comunicações, 2021
nº da página: 115

Figura 91 - Enchente na comunidade Vão de Almas
fonte: Jorge Kalunga, 2021
nº da página: 115

Figura 92 - Enchente e aterro avariado na ponte do rio Almas
fonte: Rede Kalunga de Comunicações, 2021
nº da página: 115

Figura 93 - Travessia no Vão de Almas
fonte: Jéssica A. Coelho, 2022
nº da página: 116

Figura 94 - Roda de Conversa sobre Arquitetura Vernacular Kalunga - Câmara Municipal de Cavalcante/GO
fonte: Banco de imagens do Projeto, 2021
nº da página: 119

Figura 95 - Roda de conversa no V Encontro de Pesquisas, Saberes e Fazeres Kalunga
fonte: Banco de imagens do Projeto, 2022
nº da página: 119

Figura 96 - Grupo Periférico durante desenvolvimento do projeto, em Cavalcante/GO
fonte: Valmor C. Pazos, 2021
nº da página: 119

Figura 97 - Grupo Periférico após V Encontro de Pesquisas, Saberes e Fazeres Kalunga
fonte: Banco de imagens do Projeto, 2022
nº da página: 119

Figura 98 - Visita à construção de Marlon Pereira dos Santos
fonte: Banco de imagens do Projeto, 2022
nº da página: 124

Figura 99 - Grupo Periférico no V Encontro de Pesquisas, Saberes e Fazeres Kalunga
fonte: Banco de imagens do Projeto, 2022
nº da página: 125

Figura 100 - V Encontro de Pesquisas, Saberes e Fazeres Kalunga
fonte: Banco de imagens do Projeto, 2022
nº da página: 125

Figura 101 - V Encontro de Pesquisas, Saberes e Fazeres Kalunga
fonte: Banco de imagens do Projeto, 2022
nº da página: 125

Figura 102 - V Encontro de Pesquisas, Saberes e Fazeres Kalunga
fonte: Caio M. Damasceno, 2022
nº da página: 125

Figura 103 - V Encontro de Pesquisas, Saberes e Fazeres Kalunga
fonte: Caio M. Damasceno, 2022
nº da página: 125

Figura 104 - Oficina Pintura com terra - saber Kalunga, 2023
fonte: Mileny M. Santos, 2023
nº da página: 128

Figura 105 - Oficina Pintura com terra - saber Kalunga, 2023
fonte: Mileny M. Santos, 2023
nº da página: 128

Figura 106 - Oficina Pintura com terra - saber Kalunga, 2023
fonte: Mileny M. Santos, 2023
nº da página: 128

Figura 107 - Oficina Pintura com terra - saber Kalunga, 2023
fonte: Mileny M. Santos, 2023
nº da página: 128

Figura 108 - Oficina Pintura com terra - saber Kalunga, 2023
fonte: Mileny M. Santos, 2023
nº da página: 128

109- Residência kalunga no Vão de Almas
fonte: Jéssica A. Coelho, 2022
nº da página: 130

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Jaime Gonçalves de. **Casa Kalunga**: a tecnologia social do adobe. In: Seminário de Tecnologia da Arquitetura e Urbanismo e IV Semana de Arquitetura - Tectônica da Universidade Estadual de Goiás UEG, 2007. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

ALMEIDA, Jaime Gonçalves de. **Kalunga**: Uma experiência em Projeto de Arquitetura Habitacional. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

ALMEIDA, Jaime Gonçalves de. Organização Espacial e Ocupação no Kalunga: a moradia como efetivadora. **Paranoá** - Periódico Eletrônico de Arquitetura e Urbanismo, vol. 07, 2005.

ALMEIDA, Jaime Gonçalves de. **Projeto de Arquitetura Casa Kalunga para a FUBRA/ Brasília DF**, construção de quatrocentas unidades 57 m² cada, no Quilombo Kalunga em Goiás, programa Ação Kalunga do Governo Federal por meio do Ministério das Cidades (MCidades) e da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA/MS). 2004a.

ALMEIDA, Jaime Gonçalves de. **Relatório da Consulta Pública de Projeto de Arquitetura nas Comunidades** Kalunga, Estado de Goiás. 2004b.

ALMEIDA, Maria Geralda de. **O território e a comunidade kalunga**: Quilombolas em diversos olhares. Goiânia, UFG, 329p, 2015.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos Anjos. **Relatório Técnico**: Ação Kalunga - laudo da organização territorial, Periódico Eletrônica: Geobaobás, v.1, n.1 (2017), p. 1 - 73

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. Cartografia da diáspora África–Brasil. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 01, p. 261-274, 2011.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. **Quilombos**: Geografia Africana – Cartografia Étnica, Territórios Tradicionais – Brasília, Editora: Mapas Editora & Consultoira, 2009, 190 p.

BAIOCCHI, Mari de Nasaré. **Kalunga**: A sagrada terra. 1996.

BAIOCCHI, Mari de Nasaré. **Kalunga**: povo da terra. Brasília: Ministério da justiça, 1999.

BENITES, Eiel; GALACHE, Gilmar; COSTA, Renata Oliveira. O PROGRAMA MOSARÁMBIHÁRA: semeadores do bem viver Kaiowá. In: **I Seminário Internacional Etnologia Guarani: diálogos e contribuições**. 2016.

BEZERRA, Juliana. **Escravidão no Brasil**. Toda Matéria, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/escravidao-no-brasil/>>. Acesso em: 30 jun. 2022

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável. Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável. **Curso de Bioconstrução**, Brasília, MMA, 2008.

Cultura tradicional: comunidade do Sítio Histórico Kalunga. Encontroteca, Disponível em: <<https://www.encontroteca.com.br/grupo/comunidade-do-sitio-historico-kalunga>>. Acessado em: 30 jun. de 2022.

CUNHA, A.F. **O Calendário Agrícola na Comunidade Kalunga Vão de Almas:** Uma Proposição a partir das práticas de manejo da mandioca. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. Brasília, 2018.

DAMASCENO, Caio Monteiro; ANDRADE Liza Maria Souza de. Urbanismo participativo como tecnologia social do grupo Periférico da FAU/UnB: o caso do projeto do Corredor Cultural do Cerrado em Cavalcante – Go. **Anais do Urbanismo Em Comum**, Urb[A], Salvador, 2017.

DIAS, Vercilene Francisco. **Terra versus território:** uma análise jurídica dos conflitos agrários internos na comunidade Quilombola Kalunga de Goiás. 2019. 132 p. Dissertação (Mestrado em Direito Agrário (FD)) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

FREITAS, Gabriel. **As expropriações e os quilombos no Brasil:** entraves entre o reconhecimento e a titulação. 2019. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

GARCEZ, A. RAMOS D. COSTA, C. **Vernacular Architectural tourism network:** The case study of rural coast zones area in Portugal central region. Revista Turismo & Desenvolvimento. Portugal, 2014.

GEORGE, Pierre. “As bases geográficas da sociologia rural”. In: SZMRECSÁNYI, Tamás & QUEDA, Oriowaldo. (org.). **Vida rural e mudança social**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. p.15-25.

GOMES, Maria Idália et al. Construção com base em terra: contributo para a ecoeficiência na construção. In: **SGA 19-Conferência Internacional sobre Sustentabilidade na Gestão Ambiental: Inovação e desafios para os Países de Língua Oficial Portuguesa**. 2019 GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS. Lei nº 11.409. GO, 1991.

MOVIMENTO REGIONAL POR LA TIERRA. **Guía para sistematizar Casos inspiradores de Acceso a la tierra y territorio en Sudamérica.** Informe, 2015.

HAESBAERT, Rogerio. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 19-46, 2010.

História. Governo do Estado de Goiás, 2019. Disponível em: <<https://goias.gov.br/historia/>>. Acessado em: 30 jun. 2022.

Kalunga Comunicações. Instagram, Disponível em: <<https://www.instagram.com/kalungacomunicacoes/>>. Acessado em: 30 jun. 2022.

KUWAE, C. **A Identidade quilombola e a ativação patrimonial no Povoado do Moinho.** QUADERNS 36, 2020. Disponível em: <<https://publicacions.antropologia.cat/quaderns/article/view/265>>. Acesso em: 01 julh.2023.

LACERDA, Norma. Valores dos bens patrimoniais. In: LACERDA, Norma et al. Plano de gestão da conservação urbana: conceitos e métodos. **Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada**, 2012

MABONI, Talita Xavier. **Sentido Kalunga.** TFG (graduada em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília. Brasília, 2018.

Você sabe o que são TICCA's? Entenda como funciona esse reconhecimento de territórios tradicionais. WWF-Brasil, 2022. Disponível em: <<https://www.wwf.org.br/?82348/TICCAS-reconhecimento-para-os-territorios-tradicionais#:~:text=Entenda%20como%20funciona%20esse%20reconhecimento%20de%20territ%C3%B3rios%20tradicionais%20%7C%20WWF%20Brasil&text=A%20sigla%20TICCAs%20%C3%A9%20a,e%20Comunidades%20Tradicionais%20e%20Locais%E2%80%9D>>. Acessado em: 20 maio de 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Uma História do Povo Kalunga.** Brasília: Secretaria de Educação Fundamental - MEC, 2001.

MORIYAMA, V. **Chapada dos Veadeiros:** antes e depois do maior incêndio de sua história. Meio ambiente, National Geographic: 05.nov.2020. Disponível em: < <https://www.nationalgeographicbrasil.com/meio-ambiente/2018/04/parque-nacional-chapada-dos-veadeiros-incendio-florestal-cerrado> > Acesso em: 25 jul. 2023.

NEVES, Célia. et al. **Arquitetura e construção com terra no Brasil.** Tupã : ANAP, 2022. 251 p. (PPGARQ ; v. especial).

OLIVER, Paul. **Built to meet needs:** cultural issues in Vernacular Architecture. Oxford: Elsevier LTDA, 2006.

Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. ICMBIO. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/parnachapadadosveadeiros/guia-do-visitante.html> Acessado 30 Jun 2022.

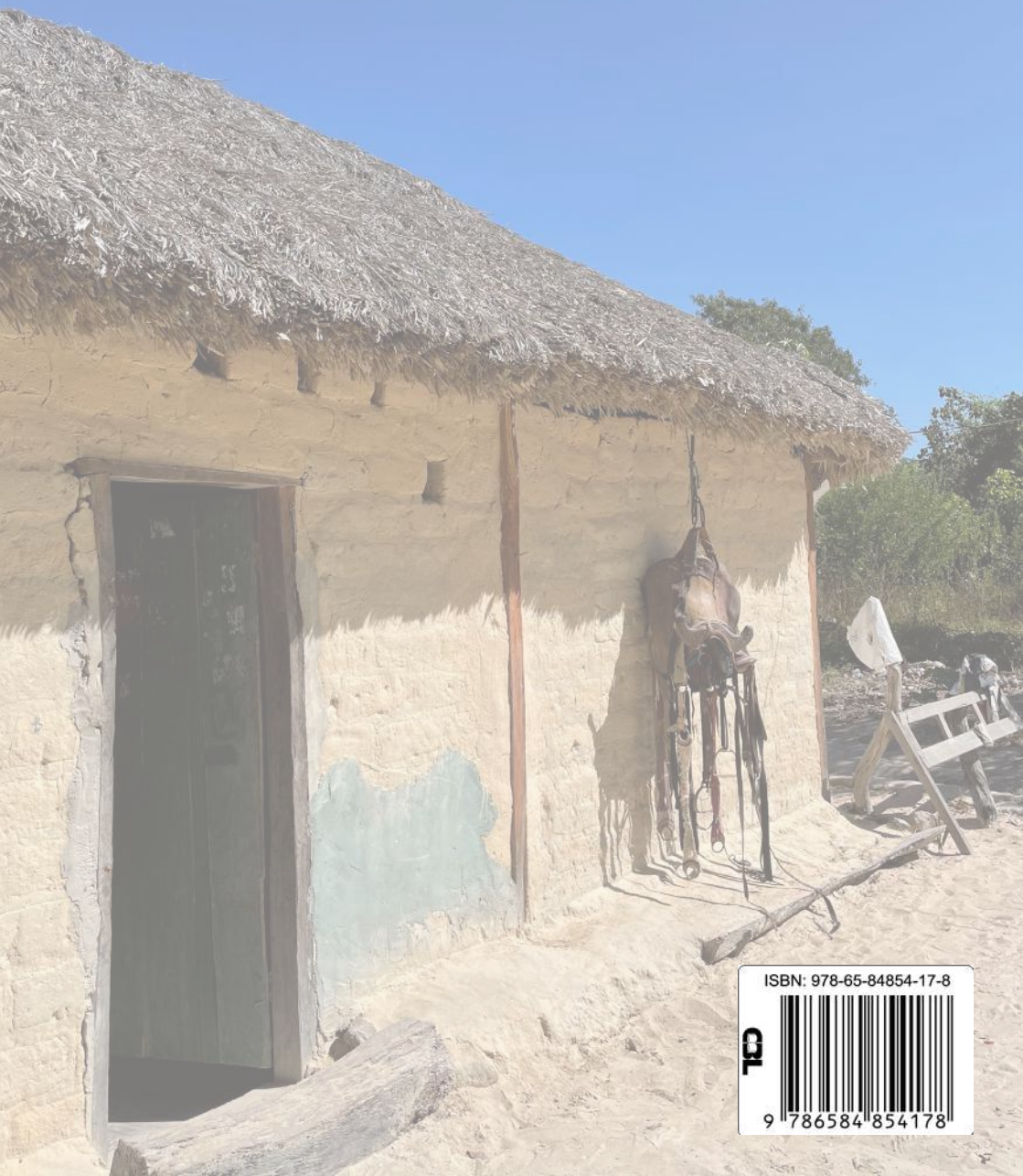
DE OLIVEIRA, Suzana Dias Rabelo; DOS ANJOS, Rafael Sanzio Araújo. A organização de dados de favelas para o planejamento territorial: uma proposta metodológica. **Revista Espaço e Geografia**, v. 7, n. 1, p. 99-131, 2004.

RIBEIRO, Cecilia; LIRA, Flaviana. Autenticidade, integridade e significância cultural. In: LACERDA, Norma et al. Plano de gestão da conservação urbana: conceitos e métodos. **Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada**, 2012.

SANTOS, Soraia dos; COSTA, Silvia. Arquitetura vernacular ou popular brasileira: conceitos, aspectos construtivos e identidade cultural local. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, v. 24, n. 35, p. 218-258, 2017.

SILVA, Angélica Azevedo e; ANDRADE, Liza Maria Souza de; WIESINIESKI, Livia Cristina Barros da Silva. Análise das dimensões da sustentabilidade urbana no município de Cavalcante-GO: uma contribuição para a revisão do plano diretor. **Scientific Journal ANAP**, v.1, n.3, 2023. Disponível em <<https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/anap/article/view/3797>>. Acesso em: jul. de 2023.

SOUSA, Francisco. **Se o Grileiro vem, pedra vai:** Entraves da regularização fundiária no território Kalunga. Curitiba: Appris, 2022.



ISBN: 978-65-84854-17-8

TED



9 786584 854178